



1290000856



TCC/UNICAMP /Si38i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

INTERMEDIACÃO FINANCEIRA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS SIS-
TEMAS BANCÁRIOS ALEMÃO E AMERICANO (1870-1960)

LUCIANA ACIOLY DA SILVA

Trabalho apresentado como monografia sob
a orientação de Maria Alejandra C. Maci

Banca: José Bonifácio Andrade

Campinas, novembro de 1991

TCC/UNICAMP
Si38i
IE/856

CEDOC/IE

AGRADECIMENTOS

À minha mãe

À Néstor por ser e estar

À minha orientadora, Maria Alejandra C. Maci, pela imensa paciência que demonstrou durante todo esse período difícil

Ào pessoal do SPD, especialmente a Tiana e Luíse pelas inúmeras "socorros".

As meninas de "república" por aguentarem minhas neuras, pelas mil vezes que ouviram, sem reclamar, a palavra "monografia".

II.2.	DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA À GRANDE DEPRESSÃO.....
II.2.1.	O financiamento da guerra
II.2.2.	A hiperinflação alemã
II.2.3.	A Grande Depressão
II.2.4.	A situação financeira dos bancos na década de 30.
II.3.	DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL À DÉCADA DE 50.....
II.3.1.	A Reforma Monetária de 1948
II.3.2.	A estrutura do sistema bancário alemão no fim da década de 50

CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA BANCÁRIO AMERICANO

(1870-1960)

III.1.	Os percalços da regulamentação bancária - A história do Sistema Federal de Reserva
III.2.	A intermediação financeira (Século XIX-1930)
a)	Os bancos e as atividades industriais - bancos de inves- timento e bancos comerciais
b)	O desenvolvimento da atividade bancária e a especializa- ção de outros intermediários financeiros
III.3.	A Reforma de 1935
III.4.	A concentração bancária
IV	- CONCLUSÃO

CAPÍTULO I

O FENÔMENO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA: ALGUMAS INTER-
PRETAÇÕES TEÓRICAS

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as diferenças existentes entre os sistemas bancários alemão e americano no que diz respeito às suas estruturas e formas de atuação no período que vai de 1870 a 1960. Para a realização desta tarefa o presente texto será dividido em três capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo será feita uma recuperação de interpretação teórica sobre o fenômeno financeiro com base nos trabalhos de Hilferding e de Gurley-Shaw numa tentativa de recuperar visões sobre o papel exercido pelos intermediários financeiros numa economia capitalista.

O segundo capítulo tratará especificamente do desenvolvimento do sistema bancário alemão, mostrando seu surgimento, sua inserção na economia e sua conformação estrutural ao longo do período em questão.

O terceiro capítulo mostrará o desenvolvimento do sistema bancário americano, seu nascimento, suas formas de inserção na economia no período 1870-1960.

Na conclusão serão apresentadas as diferenças existentes entre os dois sistemas, segundo alguns critérios sugeridos nas análises de Hilferding e de Gurley-Shaw, lançando luz nas posteriores mudanças ocorridas durante a década de sessenta.

I.1. HILFERDING E O CAPITAL FINANCEIRO *

O presente capítulo tem como objetivo situar teoricamente a discussão do tema em questão sem contudo tentar esgotá-lo. Para tanto, o capítulo será dividido em duas partes:

A primeira é uma tentativa de apresentar a análise de Hilferding sobre: a) o capital financeiro; e, b) o papel dos bancos no processo de concentração capitalista;

Na segunda parte será recuperada a visão teórica de Gurley-Shaw sobre o papel dos intermediários financeiros como agentes canalizadores de "poupança" para o gasto (investimento e consumo) e, a partir disso, qual sua importância numa economia capitalista.

Hilferding, na verdade, ao analisar o capital financeiro tinha diante de si uma realidade específica. O capitalismo na Alemanha estava apresentando mudanças substancialmente profundas que diferiam do capitalismo até então conhecido na Inglaterra. Isto podia ser verificado por mudanças nas formas de concorrência e nos meios utilizados para a promoção da concentração e centralização do capital, cabendo aos bancos um papel de destaque como promotores desse processo. Ocorreram ainda mudanças na forma de atuação do Estado na defesa das economias capitalistas nacionais, bem como na política agressiva de exportação de capital.

é importante notar que o capital financeiro para Hilferding é uma categoria teórica/histórica abrangente que engloba o capital industrial, o capital bancário e o capital comercial e não uma forma específica de capital. O capital financeiro significa, afirma Hilferding, a unificação do capital. E o capital industrial, comercial e bancário se vêem sob a direção comum da "alta finança" a qual estão vinculados pessoalmente os senhores da indústria e dos bancos. E acrescenta: "...Esta união tem como base a eliminação da concorrência do capitalista individual pelas grandes uniões monopolísticas. Com isto muda também a natureza da relação da classe capitalista com o poder do Estado." (1)

A associação banco-indústria, é uma expressão da concentração e centralização do capital, processo ocorrido no final do século XIX. A unidade jurídica correspondente a esta relação são as sociedades anônimas ou sociedades por ações (SAs), principais formas de organização das grandes empresas modernas. As SAs possibilitam o avanço mais rápido do processo de: 1) acumulação de capital (crescimento das empresas torna-se independente da acumulação interna do lucro); 2) centralização do capital, (o mercado financeiro amplia o círculo de agentes "superavitários" que podem comprar ações ou fazer aplicações que constituem a base dos empréstimos bancários para investimento); 3) de renovação tecnológica (dada a liberação dos entraves da propriedade individual, quanto à obtenção de uma taxa média de lucro; podem-se introduzir

novas técnicas levando em consideração apenas as vantagens técnicas e econômicas).

As SAs tornam-se também mais resistentes às crises por sua maior competitividade, pois resistem por maior período à resultados desfavoráveis, em função da relação de taxa de lucro/taxa de dividendos. Com as SAs pode-se separar a concentração econômica da concentração de propriedade.

Os bancos gozam de uma posição central nesse processo devido à grande dependência que as indústrias têm deles, para ampliar as escalas de produção, Hilferding prevê como inexorável a subordinação das indústrias aos bancos, embora reconheça que na Inglaterra a dependência era menor ou inexistente na época. Os bancos, por lidarem com recursos líquidos, podem obter uma posição privilegiada no controle da produção do país, quer via controle acionário, quer pela participação no conselho de diretores, caso façam empréstimos de longo prazo (investimento), lucrando não só com seu capital próprio, como o de seus credores, a quem pagam juros mais baixos.

Hilferding, em seu trabalho mostra a importância do crédito para a concentração e centralização do capital. "O aumento da produção significa, ao mesmo tempo aumento da circulação, e a circulação de mercadorias requer uma série de operações que quando concentradas economizam trabalho e dinheiro. Essas operações foram concentradas ao longo do tempo nas mãos do banco que na sua

atividade de intermediação, obtém seu lucro, através da diferença entre os juros que lhe são pagos e os que ele paga aos seus depositantes. E mais ainda, Hilferding afirma que a "mobilização do capital abre para os bancos uma nova esfera para sua atividade: a emissão e a especulação". (2)

Assim o banco tem uma posição estratégica na economia, não só como mediador, mas também numa "nova esfera para sua atividade": a atividade de financiamento do investimento e a especulação nas Bolsas de Valores. E essas formas de atuação acabam acentuando a tendência à concentração, à medida que o intermediador ambiciona englobar como capital próprio a maior parte possível dos recursos por eles negociados, fontes de lucro bancário. O negócio de fundação das S/As significa "fixação de capital monetário na indústria, por um tempo mais curto ou mais longo, até refluir novamente para o banco mediante a venda de ações" (3). As SAs permitem aos bancos internalização do "lucro do fundador" (4), isto é, no ato de sua constituição - os bancos obtém um ganho pela sobrevalorização contábil do patrimônio real da empresa.

O banco concede crédito à indústria, ou seja, lhe empresta capital monetário, ou ainda o banco assume as ações da empresa industrial. Neste caso, ao invés dos capitalistas monetários investirem seu capital em ações industriais, o fazem em ações do banco. "A diferença, porém, é que o banco é não apenas mediador dessa operação, mas como proprietário do capital bancário, tor-

nou-se também co-proprietário da empresa industrial." (5).

A situação da indústria alemã se deve ao desenvolvimento "atrasado" do capitalismo alemão. Faltava inicialmente na Alemanha a acumulação de capital nas mãos de capitalistas individuais, no montante necessário para o rápido desenvolvimento industrial. "O papel dos bancos - respaldados pela ação do Estado - de liderar o processo capitalista, realizando a centralização do capital monetário, permitiu a cartelização do capital industrial e fez com que a Alemanha não só conseguisse um rápido crescimento capitalista, como gerasse um potencial de acumulação superior ao da Inglaterra." (6).

Para Hilferding o entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial seria a "tônica" futura do sistema capitalista. A idéia do capital financeiro portanto, está associado a um "estágio superior de desenvolvimento do capitalismo".

Em resumo, houve para Hilferding o entrelaçamento do capital bancário com o capital industrial no estágio de cartelização do capitalismo. E a cartelização leva ao estreitamento de laços e uniões, possibilitando que os interesses bancários e industriais se unam para regular a produção capitalista, diminuindo, na sua visão, a tendência às crises.

A união dos capitais se dá necessariamente para Hilferding sob o amparo do Estado. O Estado deveria buscar a formação de um Banco Central forte para regular o capitalismo.

Porém é preciso deixar claro que o "primado financeiro" acabou historicamente desdobrando-se numa gerência financeira do capital industrial, desembocando o capital bancário na diversificação institucional. A diversificação institucional por sua vez, foi um fenômeno que ganhou amplitude no pós Segunda Guerra Mundial.

I.2. GURLEY-SHAW E OS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS **

Ao analisarem o fenômeno do endividamento da economia no século XX no corpo da teoria econômica, Gurley-Shaw dedicaram maior atenção ao estudo dos intermediários financeiros enquanto entidades canalizadoras de recursos de unidades deficitárias para unidades superavitárias.

Os agentes econômicos (famílias, firmas, Governo, etc.) são concebidos como unidades de gasto. Tais unidades podem ser divididas em unidades deficitárias (gasto maior que a renda), unidades superavitárias (gasto menor que a renda) e unidades equilibradas (gasto igual à renda).

Os gastos das unidades econômicas podem ser financiados internamente (do caso de orçamento equilibrado) ou externamente, isto é, elas podem tomar ou ceder emprestado. Este financiamento pode ser direto (pela captação de recursos das unidades superaviti-

tárias, emitindo um ativo direto ou primário (título de dívida) pela unidade deficitária, ou o financiamento pode ser indireto pela captação de recursos através de instituições especiais chamadas intermediários financeiros.

"Os intermediários financeiros obtêm fundos das unidades superavitárias em troca de títulos financeiros emitidos contra si próprios. Cedem os fundos que conseguem captar para unidades deficitárias em troca de ativos diretos que irão compor sua própria carteira de títulos. Como os ativos emitidos pelos intermediários financeiros se distinguem, por esta razão, dos títulos emitidos pelas unidades primárias de dispêndio, são chamados de ativos financeiros secundários ou ativos indiretos". (7)

Com o passar do tempo os intermediários foram se diversificando, passando a atuar num grande número de mercados, retirando grande parte dos títulos primários e substituindo-os pela circulação de títulos secundários. Isto é possível pela especialização empresarial no ramo e pela confiança do público na solidez dos intermediários que tornam seus títulos de "melhor qualidade" em relação aos ativos diretos no que tange ao risco, lucratividade, liquidez e divisibilidade.

À medida que a economia cresce ganha papel importante a intermediação financeira e sua diversificação e o crescimento da economia faz expandir o total de títulos financeiros a uma taxa maior que o produto real. "É fato sabido que a intermediação fi-

nanceira nos países capitalistas cumpre a importante tarefa de canalizar e transformar eficientemente os recursos de poupança em investimento" (8). Ou seja, existe certo paralelismo entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento da intermediação financeira. A medida que aumenta a renda e a riqueza de uma economia, tende também a aumentar a estrutura da intermediação financeira.

Para Gurley-Shaw tanto os bancos comerciais (setor monetário) como os demais intermediários (setor não monetário) criam fundos emprestáveis. Isto é, são capazes de criar "créditos", cada um de forma particular, criando moedas ou emitindo títulos.

Temos assim, em Hilferding e Gurley-shaw, duas visões do fenômeno financeiro. Gurley-Shaw ressaltam a importância da "poupança" como geradora do investimento pela canalização dos recursos das unidades superavitárias para as unidades deficitárias, numa esfera teórica que ressaltam o atomismo e a relação de determinação da "poupança" para o investimento. Por outro lado, Hilferding mostra o processo de mobilização do capital pelos bancos, no contexto histórico de concentração e centralização de capital (formação de SAs).

NOTAS

* HILFERDING. O capital financeiro, 1985

(1) Zini pág.25

(2) Hilferding, pág.169

(3) idem, pág.173

(4) Ver Hobson pág.178, obra citada na bibliografia

(5) Hilferding, pág.174

(6) Zini, pág.28

** Gurley-Shaw. Citado em Rossetti

(7) idem, pág.34

(8) Rossetti, pág.266

C A P Í T U L O I I

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA BANCÁRIO ALEMÃO

(1870 - 1960)

II.1. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO FINAL DO SÉCULO XIX

Apesar do progresso da industrialização, a partir de meados do século XIX, a Alemanha era ainda preponderantemente agrícola. (1). Dois terços da população vivia no campo, o setor primário empregava mais de 40% da população ativa e o valor da produção agrícola sobrepassava ligeiramente o da produção industrial. Os anos que se seguiram à fundação do Império foram de um rapidíssimo desenvolvimento das atividades bancárias, industriais e comerciais.

A conjuntura internacional era favorável, encontrava-se em expansão. Além do mais a excitação trazida pela vitória da Prússia sobre a França pouco antes da unificação alemã em 1871 - ano da fundação do Império - deu um tom de otimismo aos negócios e gerou um sentimento de segurança e confiança no potencial de crescimento alemão. Somou-se a tudo isto a integração econômica da Alsácia-Lorena com sua poderosa indústria algodoeira e seus recursos minerais. A indenização que a França teve de pagar (cerca de 5 milhões de Francos-ouro), transformou o mercado financeiro, bastante limitado até então. O Estado pagou pensões aos antigos combatentes e lançou um programa de armamentos e estruturas militares, além de implementar negócios ligados a estradas de ferro, o que significou um impulso para a indústria.

II.1.1 DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

Relações banco/indústria no final do século XIX

A devolução dos empréstimos no montante de 805 milhões de marcos, ofereceu ao mercado uma importante disponibilidade de recursos. De 1871 até 1873 a circulação monetária aumentou 13,8% e houve um aumento geral nos preços da ordem de 25% que estimulou a iniciativa privada (2). A Alemanha, que ao iniciar o século XIX possuía apenas um banco emissor, o Banco Real de Berlim, assistiu ao surgimento de várias instituições bancárias. Essas instituições tinham como objetivo o direcionamento de capitais ao investimento.

Surgiram, assim, 29 novas instituições bancárias, especialmente o Commerz und Disconto Bank, o Frankfurter Bankverein, o Deutsche Unionbank, o Dresdner Bank e o Deutsche Bank - criado em 1870 para financiar o comércio exterior. Estes bancos estimularam a formação de numerosas sociedades por ações, companhias em busca de oportunidades de realizarem novos negócios que acabaram por se transformar em bancos, então chamados de *Markierbanken* (bancos que especulavam com imóveis) ou *Baubanken* (bancos com atuação no ramo da construção); estimularam ainda a formação de companhias de estradas de ferro, sociedades mineiras e metalúrgicas, etc.

Em 1870, havia 276 sociedades por ações, em 1873 já eram 928 com um capital global de 2781 milhões de marcos (3). O oeste e o sul da Alemanha não participaram dessa fase febril o que acentuou sua distância em relação aos principais centros econômicos, onde grandes consórcios industriais foram formados como os de Henckel-Donnersmarck na Silésia.

A ampla expansão econômica conhecida pela Alemanha nesse período parecia dar razão aos partidários do livre cambismo que desde a década de 60 haviam postulado o progressivo abandono do protecionismo. Embora ao mesmo tempo tenham aumentado as reclamações contra a acentuação desta política por grupos que se sentiam prejudicados.

Durante essa fase de otimismo houve muita especulação e todo tipo de fraude foi cometido, envolvendo instituições ditas respeitáveis e homens de negócios até então considerados idôneos. Como já havia ocorrido noutros países a Alemanha viveu nesta época momentos de "boom" e colapsos. As emissões de ações se sucederam umas atrás das outras e o preço das ações triplicou de modo que a capitalização da Bolsa de Valores excedia em muito o valor real das empresas.

No segundo trimestre de 1873, o balanço de um bom número de empresas apresentou uma diminuição nos lucros. O setor financeiro havia percebido o excesso de especulação e o rápido aumento da produção. O "crack" de Viena teve "efeito dominó", repercutando

em Munique, Stutgard, Frankfurt e Berlim, seguido em pouco tempo pelo de Nova Iorque; por esta época grande quantidade de ações americanas havia entrado na Alemanha. Ao final do ano a crise americana agravou-se, estendendo-se à Inglaterra e isto acabou por impactar pela primeira vez na Bolsa de Berlim. Em outubro a quebra do Vereinsbank, dedicado especialmente aos negócios de estrada de ferro anunciou um desastre: uma torrente de falências, especialmente entre as novas sociedades por ações carentes de uma sólida base financeira. A crise da Bolsa que durou até 1879, inutilizou o capital de numerosas empresas.

II.1.2. A CRIAÇÃO DO REICHSBANK

A Alemanha no início do século XIX tinha apenas um banco emissor: o Banco Real de Berlim. O Banco era uma instituição prussiana, administrada inteiramente por altos funcionários do governo. Em 1806 a emissão de notas foi suprimida devido à queda na procura por crédito na Prússia. Durante as décadas de 1830-40, quando o comércio tornou-se mais dinâmico, surgiram alguns bancos emissores em diferentes pontos da Alemanha, tais como o Banco Hipotecário da Baviera e o Banco de Leipzig.

Em 1846, o Banco Real de Berlim foi substituído por uma nova instituição, o Banco da Prússia, administrado quase da mesma for-

ma que seu antecessor. Portanto, antes da unificação da moeda, ocorrida pouco depois da unificação política em 1871, os mini-estados alemães conheceram muitas dezenas delas.

Contudo com a instituição de uma moeda única havia chegado a hora de estabelecer um banco central para regulá-la. Isto foi feito pelo Reichstag, juntamente com o corpo legislativo, então liderado por Ludowig Banberger, interessado na centralização do sistema nas mãos das autoridades monetárias. Esta idéia foi alvo de oposição, principalmente por parte de alguns setores com interesses ligados ao Banco da Prússia. A solução encontrada foi converter o banco da Prússia no Reichsbank, porém com tolerância para com outros bancos emissores, embora os mesmos tivessem suas operações restringidas pela nova legislação ao âmbito de seus estados. Tal legislação tornou-se tão restritiva que 15 dos *Zettelbanken* desistiram imediatamente e outros 16 fizeram o mesmo até 1905.

II.1.3. A CRISE DE 1873

AS DIFICULDADES DA INDÚSTRIA

A indústria alemã sofreu bastante com os efeitos da crise na Bolsa de Valores de 1873, que desacelerou, em grande parte, os

investimentos. O quadro institucional apresentava institutos de crédito falidos ou com dificuldades; ruína da classe média, cujas "poupanças" convertidas em ativos financeiros haviam se volatilizado; desconfiança do público que passou a preferir aplicações mais seguras como bônus do Estado e, cada vez mais, ações estrangeiras; e a fuga de capitais provocada pela diminuição da taxa de desconto na Alemanha (5% a 3,5%), motivada pela diminuição das aplicações que permitiram grandes disponibilidades aos bancos. De outro lado, após a crise, a queda dos preços que reduziu os lucros e limitou o autofinanciamento das empresas, impediu a modernização e ampliação das mesmas, num quadro em que a indústria padecia de enormes dificuldades de escoar seus produtos. Sem dúvida a crise provocou uma brusca paralisação no ritmo de crescimento medido pelo comportamento das importações (Tabela 1).

A CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL

Um dos primeiros efeitos da crise econômica, foi a aceleração do processo de concentração iniciado nos anos 1850-1870. Números bancos provinciais ou locais desapareceram em proveito dos grandes bancos por ações (conhecidos como bancos de investimentos), que acentuaram seu domínio sobre o sistema financeiro alemão. Aproveitando a crise na Bolsa, eles compraram a baixo

TABELA 1

BALANCA COMERCIAL

	IMPORTACOES		EXPORTACOES	
	em marcos	em t	em marcos	em t
1873	4390000	15300000	2500000	9900000
1875	3900000	16700000	2800000	15400000

FONTE: GUILLEN, P. EL IMPERIO ALEMAN (1871-1918) - ed. 1973 -

p. 302

preço ações industriais e adquiriram importantes participações em grande número de empresas, especialmente as minerais e metalúrgicas. Por seu lado, os industriais para lutar contra a concorrência inglesa e deter a queda nos preços (a nível interno), se esforçaram para produzir a preço mais competitivo, melhorando a maquinaria, o processo de fabricação e a produtividade da mão de obra, tendo em vista o mercado externo. Isto só poderia ser conseguido por empresas de certa magnitude, num contexto em que as empresas menores desapareceram (Tabela 2). Isto acabou levando à "cartelização", associações cujos membros se comprometiam a respeitar um preço mínimo de venda e não superar um certo nível de produção. A maior parte dos cartéis de dimensões modestas desapareceram a partir de 1885 com a recuperação econômica. A "cartelização" da indústria alemã só se deu realmente no final do século passado.

A VOLTA DO PROTECCIONISMO

A crise econômica dos anos 70 provocou uma mudança total na política alfandegária do Império Alemão. A renúncia ao livre comércio era o único modo de superar as dificuldades e foi exigida pelos ramos metalúrgico e têxtil. A partir de 1873, os empresários receberam a ajuda dos grandes bancos, que desejavam conse-

TABELA 2

NUMERO DE EMPRESAS

EMPREGADOS	NUMERO DE EMPRESAS			
	DE 1 A 5	DE 6 A 50	DE 50 A 100	MAIS DE 100
1882	2175000	85000	9481	107
1895	1980000	139450	17940	225

FONTE: GUILLEN, P. EL IMPERIO ALEMAN (1871-1918) - ed. 1973 - p. 20

guir o desenvolvimento de uma potente indústria alemã ao abrigo de um mercado protegido para posteriormente entrar em melhores condições no mercado mundial. O Governo a princípio omitiu-se, mas os empresários juntaram-se para fazer valer seus interesses. O slogan "proteção ao trabalho nacional" encobria, na verdade, a intenção de fazer com que a Alemanha alcançasse, através de proteção ao mercado nacional, os mercados externos. Este movimento ganhou o apoio dos donos de terras interessados em deter a entrada de grãos estrangeiros no mercado interno a baixo preço. Agora se fazia necessário proteger o mercado interno através de fortes barreiras alfandegárias. Com este propósito foi criada a Associação para Reforma Fiscal e Econômica. A idéia acabou por ser aceita nos meios intelectuais, daí por diante o campo do livre comércio se debilitou.

Quanto à relação dos bancos com a indústria é indiscutível que na Alemanha existiam estreitos laços entre os grandes bancos e a indústria, tais como indicados pela relação entre a Siemens & Halske e o Deutsche Bank; AEG e o Berliner Handelsgesellschaft; o Geselkirchen Berwerkgesellschaft e o Discontogessellschaft. Industriais eram representados nas diretorias dos bancos e os bancos nas diretorias das indústrias. Poucas firmas e indústrias ficaram livres do envolvimento com os bancos, pois na maioria das vezes as relações eram estreitas e recíprocas, deixando evidente que na Alemanha, um país de industrialização atrasada em relação à In-

ela terra, os bancos assumiram um papel estratégico na economia.

É interessante mostrar que esta visão do papel que os bancos desempenharam no desenvolvimento econômico capitalista na Alemanha, tem sido foco de inúmeras discordâncias. Segundo alguns, o desenvolvimento econômico experimentado na segunda metade do século passado, não se deveu aos bancos, mas às decisões individuais dos capitalistas orientados na direção da obtenção de lucro, cuja prática neste sentido, remonta às antigas operações feitas na Prússia. Para outros, os bancos acabaram por beneficiar a indústria pesada em detrimento da indústria leve que sofria de falta de crédito (ou tornava-se inacessível devido às altas taxas de juros cobradas pelos bancos). Existem ainda grupos mais recentes que, baseados numa nova visão histórica e em novos métodos econométricos, afirmam que não existem dados confiáveis que garantam que o desenvolvimento econômico alemão, no período em questão, esteja relacionado com a interação banco-indústria.

De qualquer forma, seja qual for a visão adotada, os pesquisadores estão de acordo num ponto: é inquestionável o estreito relacionamento entre os grandes bancos e a indústria de grande porte, relacionamento este distinto do encontrado, por exemplo, na Grã-Bretanha e na França. (4)

II.1.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA DÉCADA DE 80

A década de 80 foi de certa expansão para a economia alemã. A indústria era o setor mais dinâmico de todos com impacto sobre a balança comercial (Tabela 3). O déficit da Balança comercial, devido às necessidades crescentes da indústria em matérias-primas, não impediu que a Alemanha fizesse exportações de capitais. A conjuntura geral de baixa prolongou-se até depois de 1890. Assistiu-se ainda entre 1892 e 1893 a uma crise cíclica que se caracterizou pela queda do valor das ações da Bolsa, pela queda dos preços internos em 20%, pela diminuição da produção e pelo aumento do desemprego (de 2% em 1890 para 6% em 1892). A partir de 1895, com a mudança da conjuntura mundial, a Alemanha entrou em fase de prosperidade. (5)

Durante todo o período "bismarckiano", as dificuldades vinculadas à Grande Depressão haviam retardado o desenvolvimento econômico alemão. Desde 1890 a economia alemã conheceu um enorme "ressurgimento", cuja rapidez e importância chamaram a atenção dos contemporâneos.

TABELA 3

BALANCA COMERCIAL

Em milhões de marcos	1872	1870	1884	1890
Exportações	2,5	3,1	3,2	3,4
Importações	3,5	2,8	3,2	4,2

FONTE: GUILLEN, F. EL IMPERIO ALEMAN (1871-1918) - ed. 1973 - pg. 34

II.1.5. O MERCADO FINANCEIRO (1880 - 1910)

A CONCENTRAÇÃO DAS EMPRESAS FINANCEIRAS

Junto aos institutos de crédito dos grandes proprietários de terra (*Landschaft*), aos bancos agrícolas hipotecários, as caixas de crédito cooperativas (dos artesões) e aos bancos privados comerciais (que supriam as necessidades de crédito no comércio), um novo tipo de banco surgiu na Alemanha a partir dos anos 50: os bancos de negócios por ações ou bancos de investimento. Estes bancos eram encarregados de canalizar a "poupança" e financiar as grandes empresas. Com o rápido desenvolvimento da industrialização, eles desempenharam um papel de primeira ordem na expansão econômica. Pouco interessados em títulos do Estado, consagraram suas atividades essencialmente à formação de sociedades industriais ou comerciais, concedendo-lhes crédito de curto e longo prazos (através das emissões de obrigações e ações).

O desenvolvimento bancário foi apreciável, principalmente a partir de 1890. E é justamente nesta época que se inicia um movimento de concentração em favor dos grandes bancos de Berlim, deslocando Frankfurt como centro financeiro alemão. As crises cíclicas que dificultavam o desenvolvimento dos pequenos institutos de créditos, aceleraram esta tendência, especialmente entre 1900 e 1904. Desde então, existiam cerca de 3500 bancos privados em 1912, salvo algumas exceções, com atividades puramente locais,

assim como cerca de 421 bancos de investimentos. Mas os grandes Bancos de Berlim (Deutsche Bank, Discontogesellschaft, Dresdner Bank, Darmstadter Bank e o Berliner Handelsgesellschaft) detinham a metade do capital bancário total e controlavam 4/5 da atividade bancária em toda Alemanha. Fundaram filiais, absorveram bancos locais, desenvolveram uma rede de sucursais provinciais, agruparam-se em consórcios, multiplicaram suas participações nas empresas e "colonizaram" os conselhos de administração das grandes sociedades. Puseram desta forma, sob sua dependência, o conjunto da vida econômica, o que permitiu que o Governo os levasse em consideração e conseguiram exercer uma crescente influência na determinação da política do Reich.

Esta tendência correspondia às particulares condições do mercado financeiro alemão. A Alemanha que entrou tardiamente na época capitalista, não possuía - como ocorreu com a Inglaterra e França - massas de capitais disponíveis, no momento em que seu desenvolvimento industrial e comercial reclamava enormes recursos financeiros (6). A limitação de seu mercado financeiro a fazia sensível às menores oscilações da conjuntura e a colocava sob contínua ameaça de uma crise creditícia. A concentração da atividade bancária nas mãos de alguns grandes estabelecimentos, que organizaram rapidamente o mercado, permitiu responder às necessidades das grandes sociedades e limitar os efeitos das crises (Tabela 4)

TABELA 4

BANCOS POR ACOES CUJO CAPITAL ULTRAPASSA UM MILHAO DE MARCOS

Em milhares de DM	CAPITAL	RESERVAS	ATIVO	LUCROS
1883	705	91	2000	84
1911	3000	801	16650	515

FONTE: GUILLEN, P. EL IMPERIO ALEMAN (1871-1918) - ed. 1973 - pg.116

OS "D" BANCOS

O processo de concentração bancária foi um pouco mais avançado na Alemanha do que na Inglaterra e França. Apenas 6 bancos tinham capital em torno de 100 milhões de marcos em 1910. A maioria ultrapassava tal cifra. O Deutsche Bank com 200 milhões, o Dresdner com 180 milhões, o Discontogesellschaft com 170 milhões, o Bank für Handel und Industrie (Damstädter) com 154 milhões e o Berliner com 170 milhões. Todos tinham subsidiárias em Berlim. Os 4 primeiros são os mais famosos "D" banks de Berlim.

1 de 1

II.1.6 A CONCENTRAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS (1882-1907)

Desde 1882 até 1907 o número de empresas na Alemanha diminuiu. A porcentagem de operários que trabalhava em empresas que empregavam mais de 50 pessoas passou de 25% para 48% (Tabela 5). Em comparação com outras nações industriais, a Alemanha se caracterizava pelo elevado número de grandes sociedades com mais de 1000 operários. Acelerada pela grande depressão e as crises cíclicas, a concentração se impôs, sobretudo em alguns setores como têxtil, mineração, siderurgia e indústrias químicas e elétricas. As absorções e fusões provocaram a aparição de grupos cada vez mais poderosos, os *Konzerne*, cujo capital chegava a dezenas de

TABELA 5

CONCENTRACAO DAS EMPRESAS

ano	De 1 a 5		De 6 a 50		mais de 50	
	empresa	peessoal	empresa	peessoal	empresa	peessoal
1882	2175000	3270000 (55%)	85000	1100000 (25%)	9481	1500000 (25%)
1907	1870000	3200000 (29,1%)	187074	2700000 (23,2%)	29033	4900000 (47,7%)

FONTE: GUILLEN, P. EL IMPERIO ALEMAN (1871-1918) - ed. 1973 - pg. 124

milhares de marcos.

No final do século, as grandes sociedades agruparam-se em cartéis, associações reconhecidas pela lei. Sua meta era excluir a concorrência, evitar a superprodução e a queda de preços. Para tanto faziam assembleias para estabelecer compromissos, um nível de produção e um segmento de mercado para cada grupo associado.

A formação dos *Konzerne* e dos cartéis foi conseguida, quase sempre, pelos bancos, interessados - pela importância de seus capitais aplicados - na situação financeira das empresas, na organização do mercado limitando a concorrência. A formação de sociedades gigantescas com os vultosos recursos que requeriam, aumentou a dependência da indústria em relação aos bancos, os únicos capazes de reunir os capitais necessários para fundação e extensão dos *Konzerne*, oferecendo-lhes créditos consideráveis. Os bancos exigiram em contrapartida o direito de controle sobre a gestão dos negócios, participando dos conselhos de administração. Em 1914, os seis grandes bancos de Berlim estavam representados por seus presidentes em 350 sociedades industriais e pelos membros de seus comitês diretivos em 400 grandes sociedades. Sem dúvida o capital industrial na Alemanha encontrou-se, em seu conjunto, cada vez mais entrelaçado ao capital bancário.

É importante ressaltar aqui que o Estado desempenhou um papel importante na promoção do desenvolvimento capitalista na Alemanha. O capital alemão chegou um pouco tarde ao mercado mundial

e, para conquistar seu lugar a mão do Estado se fez necessária no sentido de "queimar etapas" e vencer as dificuldades na luta por uma melhor inserção econômica no cenário mundial. Politicamente o Império via na industrialização, um meio mais seguro de consolidar o regime e estender sua influência ao resto do mundo. Desta forma o Estado estimulava a concentração para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento econômico.

II.2. DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA À GRANDE DEPRESSÃO

II.2.1. O Financiamento da guerra

A Alemanha possuía uma péssima estrutura tributária, centrada na taxação direta como um direito reservado aos estados e na cobrança de impostos indiretos por parte do governo central. Diante desta estrutura, o país não estava preparado financeiramente para entrar na guerra. Contudo, o Governo supunh que: 1) a guerra seria de curta duração e seu custo seria pago pelo inimigo; 2) a guerra seria financiada com capital próprio via empréstimo bancário, providenciando que os juros do débito e amortização anual fossem incluídos no orçamento (coberto pela frágil tributação). Diante disso, nada foi feito para adequar a tributação ao Conflito.

Helfferrich, um economista conservador que na maior parte da guerra foi Ministro das Finanças, não foi capaz de taxar os lucros e os altos rendimentos. Só em 1915, quando ele sentiu a necessidade de aumentar a arrecadação, instituiu impostos sobre os artigos de consumo. Na verdade, ele ainda tinha esperanças de que a França e a Grã-bretanha pagassem pela guerra.

A reforma tributária só veio mesmo em 1920 com o Ministro da Finanças do governo socialista, Matthias Erzberger, que estabeleceu a soberania fiscal do Reich às expensas dos estados os quais

foram reduzidos a pouco mais que províncias.

A Alemanha como outros países envolvidos na guerra, já possuía em sua legislação uma provisão de recursos para tempos de guerra. Na França, por exemplo, havia um acordo entre o Governo e o Banco da França de que quando a guerra estourasse o banco imediatamente emprestaria ao governo 2.9 bilhões de francos. Na Alemanha, o Reichsbank era autorizado a emitir 2 bilhões de marcos em notas adicionais sobre seu limite. Durante a guerra as autoridades monetárias agiram nessa direção e expandiram a base monetária. O déficit público permitiu ao governo adiar a solução de alguns problemas que mais cedo ou mais tarde teriam de ser resolvidos.

II.2.2. *A Hiperinflação alemã*

Além do problema tributário, como já mencionado, o acesso ao crédito externo para custear a guerra foi escasso e, a partir de certo momento inexistiu. O primeiro empréstimo interno alemão para fins bélicos foi emitido em setembro de 1914. O quarto em março de 1916. A análise deste último indica que 27000 grandes subscritores compraram 57% do total; 3 milhões dos pequenos subscritores compraram apenas 4%, sugerindo um movimento de concentração de renda. Desta forma o Governo obteve os recursos necessários

para "bancar" a guerra. Este tipo de financiamento acabou por expandir a base monetária. Os preços subiram de 100 em 1913 para 152 em 1916; 187 em 1917 e 213 em 1919. Por seis meses entre janeiro de 1919 a dezembro de 1923 o índice de preços ao atacado subiu em média 45,6% a.m. (7).

O povo alemão culpava os fazendeiros, os homens de negócios, e toda a comunidade financeira pela inflação. Mas o rápido crescimento do nível de preços era causado pela rápida expansão do estoque de dinheiro derivada dos grandes déficits orçamentários do governo (segundo Sommariva). A Alemanha havia abandonado o Padrão ouro no início da guerra. Diante deste cenário a depreciação do marco foi inevitável e ocorreu em ritmo não linear (como mostram os dados entre 1913 a 1923): de junho de 1914 a junho de 1919 a taxa de inflação medida pelo índice de preços ao atacado media 1,9% a.m.; 8,7% entre julho de 1919 e julho de 1922; 44% em julho de 1922 e março de 1923; e, finalmente 10129% em novembro de 1923 com respeito a este mesmo ano. --A contínua elevação de preços mesmo com o final da guerra relacionava-se, segundo Sommariva, com a atitude do Reichsbank em manter as taxas de juros nominais num patamar extremamente baixo estimulando o redesconto das letras do tesouro e letras comerciais pelos bancos no Reichsbank. A taxa de câmbio real, a qual flutuou muito pouco durante a guerra, depreciou-se em 1919 e 1920, contribuindo ainda mais para agravar a inflação. Em outubro de 1922 chegou-se à conclusão de

que o marco não exercia mais todas as funções do dinheiro e que uma reforma seria necessária. Em 18 de agosto de 1923 foi oficializada uma série de medidas fiscais com o objetivo de acabar com a principal causa dos desequilíbrios de preços: o déficit do governo. Mas só em novembro de 1923, depois de muita controvérsia foi que o marco tornou-se resgatável no novo "rentmark", quando a moeda caiu a uma proporção infinitesimal de seu valor em 1913, marcando assim o fim do período de hiperinflação.

Esta foi a pior inflação já ocorrida na Alemanha desde a unificação.

II.2.3. A GRANDE DEPRESSÃO

Existem várias interpretações que tentam explicar as causas da Grande Depressão e seu impacto na Alemanha. Mas o fato crucial é que na segunda metade da década de 20 a economia alemã foi caracterizada por uma série de distúrbios a nível interno e a nível externo. A nível interno assistiu-se a uma elevação dos salários reais (Tabela 6), como resultado das pressões por uma melhor distribuição de renda, enquanto que houve uma deterioração da competitividade industrial (Tabela 7). Apesar disso as autoridades foram incapazes de desvalorizar o marco por medo da volta da inflação. Outro fator foi o incremento no gasto em atividades das autoridades locais. Em fevereiro de 1924 uma modifi-

Tabela 1

Taxa de salário real na Alemanha (1925=100) - dados anuais
1925-1933

ano	taxa de sal. nominal	taxa de sal. real
1925	100.0	100.0
1926	104.2	104.0
1927	113.1	108.5
1928	123.3	115.3
1929	130.8	120.4
1930	131.7	126.1
1931	120.7	125.7
1932	104.0	122.2
1933	100.0	121.2

FONTES: Sommariva, 1987 - pág.164

Tabela 7

Produção industrial na Alemanha (1928=100)
(dados bimestrais)

		nível	mudanças anuais*
1925	I	85.0	47.1
	II	86.3	25.8
	III	82.6	17.8
	IV	79.1	-0.8
1926	I	77.2	-9.2
	II	74.8	-13.3
	III	79.8	-3.4
	IV	89.0	12.5
1927	I	93.1	20.6
	II	101.3	35.4
	III	102.7	28.7
	IV	103.4	16.2
1928	I	101.9	9.5
	II	103.6	2.3
	III	103.0	0.3
	IV	91.5	-11.5
1929	I	95.0	-6.8
	II	109.1	5.3
	III	103.3	0.3
	IV	99.1	8.3
1930	I	93.1	-2.0
	II	86.7	-20.5
	III	79.2	-23.3
	IV	75.0	-24.3
1931	I	74.1	-20.4
	II	68.0	-21.6
	III	62.3	-21.3
	IV	55.7	-25.7
1932	I	57.1	-22.9
	II	56.2	-17.4
	III	57.8	-7.2
	IV	59.7	7.2
1933	I	63.3	10.9
	II	65.9	17.3
	III	69.9	20.9
	IV	70.0	17.3

* percentis das variações anuais com respeito
ao mesmo quartil do ano anterior

FONTES: Sommariva, 1987 - pág. 167

cação na lei fiscal permitiu aos estados uma maior independência em relação ao Reich, e a partir daí puderam usufruir de maiores recursos e entrar nos mercados de capitais tanto doméstico quanto internacional (8). A forte demanda por financiamentos, não somente por parte das indústrias mais por parte dos governos locais e federais diante da insuficiência de "poupança interna", causou uma contínua tensão no mercado monetário nos anos em questão.

Outro fator que contribuiu para a depressão dos gastos foram as indenizações e reparações da guerra feitas pela Alemanha.

II.2.4. A SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS BANCOS NA DÉCADA DE 30

Com a depressão os bancos perderam muito dinheiro. Não só pelos empréstimos estrangeiros que foram pedidos de volta, mas também pelo envolvimento de alguns bancos com firmas especulativas. O Danat Bank perdeu 97 milhões de marcos; o Dresdner Bank 79, o Deutch Bank 50 milhões e o Commerz und Privatbank 36 milhões (9). A crise foi exacerbada pelos transtornos causados pelo do Danat Bank, que foi criticamente afetado pela situação da empresa Nordwolle, uma empresa que foi à falência, levando com ela o próprio banco.

II.3. DA A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL A DÉCADA DE 50

Ao contrário do que havia ocorrido no período que antecedeu à Primeira Guerra, a Alemanha preparou-se financeiramente para entrar no novo conflito. Além de reajustes de preços, procedeu-se a um aumento na tributação, mas mesmo assim, o pesado custo do rearmamento recaiu mais uma vez sobre o Reichsbank, pois a taxação não foi suficiente para cobrir os gastos do Governo. A política monetária foi visivelmente expansionista, aumentou-se a liquidez da economia com o financiamento feito através do Reichsbank via utilização de uma forma especial de papel chamado *Mefo-Wechsel*.

Quando a Alemanha perdeu a guerra, foi dividida em quatro zonas de influência entre os Aliados e foi obrigada a pagar os custos da destruição. Uma série de políticas foi implementada para reorganizar a economia alemã e entre elas surgiu um plano para reorientar sua indústria. Na verdade este plano tinha como objetivo enfraquecer, senão destruir a indústria daquele país para evitar, segundo os Aliados, sua utilização para fins bélicos. O Plano continha tantas restrições que a partir de um certo momento ficou fácil perceber que o povo alemão estava condenado à pobreza e à permanente dependência das forças de ocupação aliadas. A produção industrial aproximou-se de 70% a 75% do nível de

1936. O Plano na realidade continha 3 objetivos: impedir que a Alemanha produzisse equipamentos bélicos; alterar fundamentalmente a característica da economia alemã de um país industrializado, restringindo ao máximo suas atividades industriais; obter indenizações com a utilização das propriedades alemãs.

A política de ocupação aliada foi direcionada para a desconcentração da economia alemã. Os "Postgam Agreement" tinha a seguinte cláusula: *"12. At earliest practicable date, the German Economy shall be decentralized for the purpose of eliminating the present excessive concentration of economic power as exemplified in particular by cartels, syndicates, trusts and other monopolistic arrangements"* (10). Daí por diante uma série de medidas foram implementadas. As indústrias foram divididas, principalmente as químicas, as de carvão e siderurgia e, como não poderia deixar de ser esta política foi estendida aos bancos.

Os grandes bancos comerciais foram desmembrados, a força deles (principalmente dos três grandes) era baseada no seu vasto potencial de criação de crédito e na sua influência sobre várias firmas industriais, sendo assim, os aliados acreditavam que de nada adiantaria desmembrar as indústrias se não quebrassem suas principais fontes de crédito.

O desmembramento foi feito seguindo o modelo do sistema bancário americano, tendo os bancos suas atividades confinadas a seus limites geográficos. As filiais só eram permitidas dentro de

seu estado federativo (*províncias*).

Alguns meses depois da implementação do plano industrial foi feita uma reavaliação de seus resultados e chegou-se à conclusão que o plano segurava em definitivo o desenvolvimento econômico alemão. Em 1947 é lançado o Plano Marshall.

II.3.1 A REFORMA MONETÁRIA DE 1948

Dois anos depois do fim da Segunda Guerra, o Reichsmark, até então a unidade de moeda alemã, tinha perdido suas principais funções monetárias. Portanto uma reforma se fazia imperativa para se proceder a uma reconstrução das condições econômicas, visada pelo Plano Marshall (*ii*).

A Reforma constituiu basicamente da reconstrução de um sistema bancário central (com autoridades alemãs ocupando cargos de execução puramente técnica); e na instituição de uma nova moeda - o Deutsche-Mark (DM ou D-Mark). A partir desse momento as mercadorias que haviam sumido das prateleiras e eram vendidas com ágio voltaram ao mercado. A publicação do Plano Marshall e o reinício das atividades de comércio exterior levaram a uma reversão das expectativas e a economia alemã passou a crescer em ritmo mais acelerado. Estes acontecimentos lançaram as bases do milagre alemão.

Após o fim da Segunda Guerra mundial, a Alemanha ocidental não era nada mais que um fragmento do antigo Reich, havia sido separada daquelas localidades que antes lhe proviam alimentos; era o lugar de destino de uma multidão de refugiados do leste que queriam tanto moradia quanto alimento; grande parte de sua capacidade industrial havia sido desativada ou destruída; as matérias primas eram escassas; a economia estava sujeita a um sistema de controle sobre os preços, produção e importações.

Depois da Reforma Monetária seguiu-se uma certa estabilidade de preços e uma tentativa de abertura do mercado interno, estimulada pelo "ressurgimento" da economia. Para abrir o mercado alemão uma série de medidas começaram a ser adotadas desde o início de 1952 com o intuito de acabar com os monopólios, porém a legislação final só veio em 1957. As medidas trazidas com a nova Lei sofreram grande oposição por parte da indústria e foram tema de grandes debates políticos. A Lei de 1957 deixava claro que ficavam terminantemente proibidos os convênios restritivos tanto horizontais quanto verticais, introduzindo assim uma mudança radical na atitude tradicional da lei alemã para os cartéis. A pressão foi suficiente para se introduzir na Lei uma série de exceções tão importantes que, satisfeitas certas condições, ficam excluídas da proibição várias associações horizontais. O mesmo se pode dizer dos convênios verticais.

O Governo alemão esforçou-se para consolidar uma economia de mercado, mas este objetivo foi extremamente prejudicado devido à coordenação da economia por meio dos bancos (12), o que algumas vezes tomou o lugar da coordenação por meio do Estado. Para entender melhor esse aspecto é interessante examinar a mudança estrutural pela qual passaram os bancos alemães a partir da Reforma de 1948.

Depois de 1948 ocorreu o rompimento das velhas especializações, e a crescente competição nos negócios de depósitos e créditos que deu como resultado uma queda na participação dos grandes bancos neste campo. Esta crescente concorrência entre os bancos não deve ser esquecida ao examinar o seu grau de sua participação no setor não financeiro.

Em 1960, os bancos detinham a propriedade equivalente a 3,2% do capital nominal de todas as sociedades por ações, ou 4,9% daqueles cujo valores se cotizavam na bolsa. "En 138 compañías, la mayor parte de ellas registradas en bolsa, los bancos poseían una tendencia minoritaria suficiente para bloquear decisiones, es decir, una tenencia superior a 25%, y una tenencia mayoritaria en otras 58. Dos tercios del valor total de las acciones poseídas pelos bancos correspondía a tres grandes instituciones y el informe sobrayaba que estas tres habían obtenido grandes cantidades de acciones a través de compras en bloque fora del mercado de valores..." (13).

Ademais da propriedade direta, os bancos alemães também exerceram influência no setor não financeiro através dos votos que levam às assembleias das empresas em representação de seus clientes por meio de autorização conseguida deles. (14).

Outra forma pela qual os bancos alemães continuavam a se vincular a outras empresas não financeiras foi através da participação que os banqueiros mantêm no conselho de administração: de 391 empresas estudadas, em 1960, apenas 73 delas não tinham banqueiros em seus conselhos administrativos.

Examinando especificamente o conselho dos três grandes bancos verificava-se que o comércio e a indústria estavam bem representados, particularmente as grandes empresas. Os mesmos três bancos estavam representados em 37 de 47 companhias por ações que tinham membros nos próprios conselhos dos bancos. Por outro lado, nenhum dos três bancos estavam dominados por um grande acionista e estavam sempre atentos quanto a esta possibilidade.

Pelo que podemos ver as instituições creditícias continuaram a exercer uma influência muito considerável dentro da economia. No entanto, duas questões vitais que se colocam são as relacionadas à expansão do poder econômico das grandes empresas e ao grau em que se pode dizer que a economia está dirigida por um grupo fechado e interrelacionado de banqueiros e industriais. Sobre a primeira questão, sabe-se que os bancos alemães tendem a favorecer as empresas maiores e bem estabelecidas e, simultaneamente estão

interessados na promoção de fusões, que lhes rendem altos rendimentos e lhe reduzem os riscos.

Contudo, a busca da estabilidade monetária que caracterizou o período pós 1948, levou à criação do Bundesbank como um "estabilizador autônomo" em 1957, e a utilização da política monetária como principal instrumento para atingir a estabilidade. A partir daí pôde-se observar transformações tais como a remoção das barreiras ao comércio internacional; a mudança acentuada na política tradicional para os cartéis; a adoção de medidas de ajuda às empresas menores; evitando uma interrelação financeira excessiva; etc.

Em resumo pode-se dizer que os responsáveis pela política econômica alemã têm se esforçado no intuito de fazer valer os princípios políticos-econômicos do livre mercado a partir de 60.

II.3.2. A ESTRUTURA DO SISTEMA BANCÁRIO ALEMÃO NO FIM DA DÉCADA DE 50

A estrutura do sistema bancário alemão é caracterizado por dois aspectos que a distinguem de outros países: 1) a dominação dos bancos ditos "universais"; 2) sua divisão em 3 segmentos: os bancos privados, bancos públicos e bancos cooperativos.

I - Características estruturais básicas

O Banco Universal - ao contrário dos bancos especializados por atividades, que existem em outros países, trabalha com negócios diversificados: fazem empréstimos de curto e longo prazos, direcionam investimentos para as firmas não financeiras, fazem aplicações em negócios estrangeiros, etc. Eles retiram seus recursos financeiros de seus depósitos, dos certificados de poupança e ações bancárias. Com a assistência dos bancos especializados eles são capazes de oferecer todo tipo de serviços bancários requeridos pelas empresas diversificadas e de grande porte assim como ajustá-las às necessidades financeiras e novos modos de operação. Essa habilidade acaba por criar um relacionamento estreito entre eles e seus clientes. Tem-se assistido a um crescimento desses bancos via concentração, elevando seu poder sobre outras esferas da economia.

O SISTEMA DE 3 SETORES

O sistema bancário alemão é dividido em 3 grandes setores, diferenciados quanto à forma legal, de propriedade e quanto aos objetivos. Contudo, concorrem entre si como bancos universais.

Os três setores são: Bancos comerciais privados ; os bancos públicos (especialmente as caixas econômicas e as instituições centrais de giro) e, finalmente os bancos de crédito cooperativo.

O grupo dos bancos comerciais privados divide-se em 4 tipos de instituições financeiras: os grandes bancos comerciais, os bancos regionais; as firmas bancárias privadas (instituições de pequeno porte); e os bancos estrangeiros.

Com respeito ao sistema de três setores a participação para cada grupo é como segue:

- Bancos comerciais privados: 20.89%
- Bancos públicos: 38.49%
- Bancos cooperativos: 23.69%

Vejamos uma caracterização sucinta dos três setores.

1) BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS

São três os principais bancos comerciais da Alemanha. O Deutsche Bank, o Dresdner Bank e Commerzbank. Eles possuem certas características comuns: foram desmembrados no segundo Pós-Guerra;

gozam de uma reputação de solidez perante o público (têm uma estrutura que cobre toda a Alemanha); possuem uma estrutura interna similar. Os três tiveram início basicamente em 1871, ano da Fundação do Império e se consolidaram entre os bancos comerciais privados durante as décadas de 20 e 30.

2) CAIXAS ECONOMICAS -

Têm origem no século XIX e foram criados para atender objetivos sociais. Portanto muitas caixas foram fundadas pelas autoridades governamentais e tiveram um papel fundamental no financiamento de obras de infraestrutura, contribuindo assim para o desenvolvimento regional alemão. Mesmo neste século as caixas continuam tendo essa função pública de dar assistência à sociedade financiando obras de infraestrutura. Outra função das caixas é a condução das folhas de pagamentos, o que tornou-se possível pela formação de associações de giro. Foi a partir das associações de giro que se desenvolveram os *Landesbanken* e *instituições centrais de giro (girozentralen)*. As caixas são, por outro lado, proibidas de entrarem em negócios de alto risco, e de natureza especulativa.

3) BANCOS COOPERATIVOS

Remontam ao século XIX e foram criados para responder às necessidades da agricultura. Sua organização foi feita com capital

de seus associados. Existem dois grupos de bancos de crédito cooperativo: um ligado estritamente às necessidades dos agricultores e outro ligado às necessidades do comércio e ao público em geral. Foi apenas em 1872 que eles foram organizacionalmente unificados através da formação dos *Bundesverband des Deutschen Volksbanken* e *Reiffeisenbanken*. Uma característica interessante é a sua preocupação com o autofinanciamento (os fundos são levantados entre seus próprios membros), estimulado pelo sucesso das operações com seus associados.

Existem ainda outras instituições de crédito com funções especializadas; as mais importantes estão relacionadas com o financiamento da construção civil; e ao crédito ao consumidor. Estas instituições estão sob a liderança das instituições públicas, mas realizam tarefas especializadas para os bancos comerciais privados, as caixas econômicas e os bancos cooperativos.

NOTAS

- (1) A análise a seguir é baseada em Guillen.
- (2) Guillen, pág.22
- (3) idem, idem
- (4) para maiores detalhes ver Kindleberger, pág 128 e Francke, pág.3. Ambos citados na bibliografia
- (5) Guillen, pág.111
- (6) idem, pág.117
- (7) Sommariva, pág. 21
- (8) idem, pág.164
- (9) Kindleberger, pág. 372
- (10) Scholper, pág.194
- (11) Francke, pág.72
- (12) Geoffrey, pág.58
- (13) Denton, pág.59
- (14) idem, idem
- (15) Tal lista não inclui as sociedades construtoras, as quais tem peso importante na construção civil alemã.

C A P Í T U L O I I I

O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA BANCÁRIO AMERICANO

(1870-1960)

1- OS PERCALÇOS DA REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA (1850 - 1960)

A história do Sistema Federal de Reserva

Os Estados Unidos conheceram, desde o período da colonização, vários tipos de moedas (de concha ao fumo). Experiências monetárias não faltaram e foram criados vários substitutos para os metais (ouro e prata).

A primeira emissão de papel moeda foi feita pela colônia da Baía de Massachusetts em 1690 e depois desta muitas outras se sucederam até que a Grã-Bretanha as proibiu. Isso causou grande descontentamento nas colônias, fazendo com que muitos desejassem a independência, ao mesmo tempo que outros a temiam por medo de que esta independência acabasse por significar emissões excessivas, prejudicando assim as atividades comerciais (1)

Na primeira metade do século XVIII, algumas colônias autorizaram a constituição de instituições bancárias. Porém, essas iniciativas foram proibidas por Londres e os bancos foram extintos.

Historicamente os bancos comerciais têm sido vistos como um tipo especial de intermediário financeiro, pois eles são o único tipo de intermediário capaz de criar dinheiro. Os primeiros bancos comerciais estavam relacionados com os ourives do século XVI, que aprenderam a lucrar com o ouro depositado por terceiros em seus cofres. No século XVIII, na Europa e nas colônias americanas

nas, descobriu-se que não era necessário emprestar ouro em espécie, mas era possível conservá-lo e emitir em seu lugar notas bancárias conversíveis, é claro, em ouro (ou em outra espécie de metal). Foi a partir dessa época que os bancos comerciais notaram que eram capazes de criar dinheiro, um atrativo substituto do ouro ou da emissão governamental de moeda, através dos empréstimos aos seus clientes. Em resumo: descobriu-se que as notas bancárias poderiam circular como dinheiro. Os bancos comerciais passaram a compensar pagamentos, transferindo as notas bancárias entre eles mesmos - através das câmeras de compensação. Esses bancos, tanto na Europa como nos Estados Unidos, foram uma espécie de clube de mercadores ou uniões de crédito, associações onde os mercadores depositavam seus fundos para financiar suas compras de mercadorias por um prazo não superior que nove dias. Dadas essa origem, não surpreende que os bancos americanos tenham restringido suas atividades às transações comerciais de curto prazo, embora outros fatores também contribuíram para isso.

Depois da independência dos Estados Unidos, a proibição da Inglaterra ficou sem efeito e a emissão de papel pelo governo era uma alternativa. Antes da reunião do Primeiro Congresso Continental, algumas colônias já haviam autorizado a emissão de notas para o pagamento de operações militares. "De junho de 1715 a novembro de 1779, houve 42 emissões pelo Congresso Continental (...) e os estados emitiram mais 209.500.000 de dólares" (2). Segundo

Galbraith, as emissões ocorridas nesses anos foram superiores a qualquer aumento correspondente do comércio. "Assim os Estados Unidos surgiram, não numa maré de inflação, mas de hiper inflação..." (3). Isto era, segundo o autor citado, resultado da falta de um poder centralizado, e de uma máquina de arrecadação de tributos, num país de população dispersa e sem disposição para o pagamento de impostos.

Nos primeiros anos de República a Constituição reservou o direito de cunhagem ao governo federal e proibiu-se expressamente aos estados emitir papel-moeda. Esta proibição estendeu-se também ao Governo Nacional, contudo, foi abandonada durante a guerra de 1812-1814. No entanto, "...Os instintos inovadores e inflacionários americanos não foram reprimidos. Daí para frente voltaram-se para os bancos com grande entusiasmo e vigor" (4)

Como explica Galbraith, as notas bancárias eram entregues ao tomador de um empréstimo (que pagava os juros que remuneravam os proprietários dos bancos), e estas notas permitiam fazer aplicações na indústria e no comércio. Quanto mais casuais as condições em que o crédito é concedido mais igualitário é este crédito. "Daí a necessidade fenomenal de criar bancos nos Estados Unidos, necessidade que persistiu ao longo de todo século passado e atendendo-se até parte do atual" (5)

A necessidade da criação de um banco nos moldes do Banco da Inglaterra para exercer diversas funções quanto ao controle da

atividade bancária, foi foco de grande controvérsia nos Estados Unidos. Para alguns a função de controle (garantindo moedas e preços estáveis) e a função de emprestador em última instância eram desejáveis; para outros, no entanto, seria interessante não haver qualquer tipo de controle sobre os empréstimos tomados e cedidos. De qualquer forma foi instituído o Banco dos Estados Unidos, autorizado a funcionar pelo prazo de 20 anos (a partir da data de sua carta-patente).

O banco teve êxito notável e, nos vinte anos seguintes, com oito filiais, funcionou como local de depósito para fundos governamentais, como instrumento de transferência de recursos inter-regional e como fonte de empréstimos ao governo e ao setor privado. Apesar de sua pouca duração, o Banco conseguiu consolidar e desenvolver as funções regulatórias básicas de um banco central. Mesmo assim, havia uma desconfiança nos Estados Unidos em relação aos bancos comerciais de modo geral e aos grandes bancos, em particular. Alguns os consideravam como instrumento de abuso do poder financeiro, outros como uma espécie de fraude e de transferência ilícita de riqueza do campo para a cidade. Para os pequenos bancos, o Banco dos Estados Unidos era um concorrente privilegiado.

Livres da disciplina do Banco (depois que expirou sua carta-patente) e estimulados pela prosperidade do pós guerra de 1812, os bancos estaduais se multiplicaram e "...quase todo cidadão

considerava emitir moeda como seu direito constitucional". (6). Então a desordem tomou conta do cenário e a necessidade de uma estabilização de preços levou à formulação de planos para a criação de um novo Banco dos Estados Unidos, criado em 1816, com autoridade e funções iguais ao seu antecessor.

Este segundo banco, tal como o primeiro, foi alvo de oposição dos bancos estaduais menores e de alguns cidadãos. Boa parte do sul aceitava o Banco dos EUA e seu controle, porém as novas regiões ocupadas do oeste, com suas necessidades específicas de crédito fácil eram forte foco de oposição e, durante vários anos o debate sobre a necessidade de um banco central como este dominou a economia americana. A carta-patente do Banco dos EUA expirou em 1836 e, como aconteceu na primeira experiência do BACEN, houve uma expansão explosiva de bancos e conseqüentemente de notas bancárias. Os períodos de pânico se sucederam.

Os governos estaduais e federal, no que tange aos bancos comerciais, pautaram seu comportamento pelo modelo do Banco da Inglaterra. O Parlamento inglês definiu o Banco da Inglaterra como uma corporação privada em 1694, proibindo o Banco de realizar ofertas de crédito comercial ou de comercialização com mercadorias.

Os Estados Unidos copiaram esta proibição. O decreto de 1787 que regeu as atividades do primeiro banco central nos Estados Unidos, The Bank of North America, incorporou esta regra, proibindo

do que aquele banco efetuasse operação comercial com mercadorias ou possuísse mais recursos que o necessário para operar seus negócios, envolvendo-se dessa forma em negócios obscuros.

Restrições similares foram colocadas nas cartas-patentes do primeiro e segundo Bancos Nacionais emitidas pelas cidades de New York e Pensilvania, berço dos maiores bancos americanos.

Na verdade, os cem anos decorridos a partir de 1832 foram os anos do "Grande Acordo" (?). Havia um sistema monetário dualista. De um lado uma comunidade financeira partidária de uma moeda forte, com bancos confiáveis, de outro as novas regiões do país com interesses diferentes e com o direito de criar bancos, sem nenhum controle sobre seus empréstimos. O fim do Segundo Banco havia deixado a concessão de cartas-patentes e o controle inteiramente nas mãos dos estados e o número de bancos estaduais multiplicou-se. As emissões eram cada vez maiores. Mais tarde, com a Guerra Civil as forças pró moeda forte avançaram e algumas medidas foram tomadas para controlar o sistema, incluindo aí algumas medidas fiscais. Apesar disso, por mais de 65 anos os bancos continuaram sendo criados sem controle.

A revolução industrial ocorrida nos Estados Unidos depois da Guerra Civil, mudou o caráter do setor financeiro daquele país. Entre 1860 e 1890 triplicou-se a renda nacional e o total de ativos de todos os intermediários financeiros multiplicou em 6 vezes. A expansão da economia ajudou a criar demandas por vários

serviços financeiros. Todos os tipos de intermediários financeiros cresceram, mais rapidamente que o crescimento da economia. (8).

As organizações bancárias começaram a diversificar suas atividades financeiras, depois da Guerra Civil, notavelmente a subscrição de títulos e obrigações. De qualquer forma esta linha de expansão se desenvolveu de uma maneira particular, primeiramente através das cartas-patentes estaduais.

Com exceção do Primeiro e do Segundo Banco dos Estados Unidos, todos os bancos que operaram antes da Guerra Civil receberam suas cartas-patentes dos estados. O moderno sistema bancário dual nasceu acidentalmente quando o Congresso adotou o National Currency Act em 1864 com o "The National Bank Act". Esta legislação estabelecia pela primeira vez um método de regimento de bancos nacionais através do Controle da Moeda (Comptroller of the Currency), criado conforme o Departamento do Tesouro (Treasury Department). Empréstado da legislação bancária adotada em Nova Iorque, o National Bank Act autorizava os bancos nacionais a se engajarem numa série de atividades específicas, notavelmente operações de empréstimos.

O primeiro objetivo do National Bank Act foi ajudar o Governo Federal a financiar a Guerra Civil. Todos os bancos nacionais eram obrigados a comprar uma série de títulos que o Tesouro emitia e segurar esses instrumentos contra a emissão de suas pró-

prias notas bancárias; O segundo propósito da legislação era estabelecer um sistema bancário federal para frear a caótica explosão dos bancos estaduais e a profusão de papel moeda por eles emitidos (f). Acreditava-se que a multiplicidade de moedas introduzia incertezas nas transações comerciais.

O Secretário do Tesouro, Salmon P. Chase, queria desenvolver uma moeda nacional uniforme, pois acreditava que se as notas dos bancos nacionais tivessem vantagens especiais elas iriam gradualmente se desenvolver na direção de moeda única nacional. No fim de 1864 apenas 150 bancos estaduais cederam. O Congresso decidiu então acelerar o processo de conversão oferecendo para tanto, taxas mais atrativas sobre as notas bancárias estaduais. O número de cartas-patentes diminuiu de 1466 em 1863 para 247 em 1869. (f0)

Entre 1900 e 1920 o número de bancos nos Estados Unidos mais que triplicou - de 9.000 para quase 30.000 (ff), sendo a atividade bancária bastante lucrativa. Neste período de elevação dos níveis de preços, a atividade bancária era menos arriscada do que nos dias que antecederam o New Deal, pois os haveres que lastreavam os empréstimos bancários tendiam sempre a aumentar - raramente a diminuir - de valor. Contudo, as falências de bancos neste período elevaram-se em média a 85% por ano. (f2)

Diante da epidemia de falências e pânicos, é criado, nas últimas semanas de 1913, o Sistema Federal de Reserva (Federal

Reserv Act). A Lei da Reserva Federal foi aprovada pelo Congresso e assinada pelo presidente Wilson e, "resultou do pânico de 1907 com sua alarmante epidemia de falências bancárias: o país ficara saturado de uma vez por todas com a anarquia do sistema bancário privado" (13). A Lei não previa um banco central, mas até 12 - o número posteriormente escolhido. "A orientação de Washington seria exercida por um Conselho de sete membros, dos quais o Secretário do Tesouro e o Controlador do Meio Circulante seriam membros *ex officio*. Os poderes do Conselho eram tênues. Na verdade, a idéia regional havia triunfado, e a real autoridade pertencia aos doze bancos. Cada um deles seria dirigido por um conselho de nove diretores, seis dos quais seriam escolhidos pelos bancos membros, ou participantes, embora apenas três deles pudessem ser banqueiros. Os três restantes deveriam ser escolhidos por Washington." (14).

A Lei, tal como foi definitivamente aprovada, "...exigiu que todos os bancos nacionais fizessem parte do Sistema; Bancos estaduais de reputação mínima também tiveram permissão para fazer parte. (os bancos nacionais foram encorajados a entregar suas obrigações que tinham garantido suas emissões de notas, embora essa operação não fosse completada antes de 1935). Os bancos do interior (os que haviam sido durante todo o século, os mais descontrolados) tinham a opção de não se filiarem ao Sistema. E esse foi o caminho que a maioria deles escolheu. O Sistema Federal

de Reserva tornou-se na prática o sistema bancário dos bancos maiores. Em 1929, quase dois terços de todos os bancos ainda não haviam se filiado. A taxa de inscrição dos bancos-membros era de 6% do seu capital, metade permanecendo disponível mediante chamada. Este investimento, por sua vez, era o capital do Banco Federal de reserva local. (...) Os bancos-membros eram obrigados a manter um nível mínimo especificado de reservas contra seus depósitos e, pelo menos um terço dessas reservas devia ser mantido em depósito no Banco Federal de Reserva." (15)

A principal recompensa pela participação no Sistema era a capacidade para tomar empréstimos, por necessidade ou desejo de lucro, junto ao Banco Federal de Reserva.

O Sistema teve um êxito questionável, pois foi incapaz de impedir o colapso do sistema bancário entre os anos de 1929 e 1933. Em primeiro lugar, quando o SFR começou a funcionar, os Estados Unidos estavam entrando em guerra (1914-1918). Os Bancos da Reserva Federal compraram obrigações do governo e ajudaram a vendê-las na medida das necessidades do Tesouro. Quando as taxas dos empréstimos são estabelecidas pelo Tesouro e, quando são especificados os volumes de compras de títulos públicos, um banco central deixa de ter poder independente. O Sistema iniciou sua vida como um anexo rotineiro do Tesouro, um papel que não exigia qualquer iniciativa. O armistício de 1918 não pôs fim ao problema de financiamento do Tesouro. Para assegurar o êxito do "grande em-

préstimo da vitória" de 1919, foi ainda essencial a cooperação da Reserva Federal na concessão de crédito ao sistema bancário comercial.

Quando isso tornou-se mais evidente, o Sistema mostrou seu defeito estrutural básico. A idéia regional era impraticável. No decorrer da década de 20 a população começou a reclamar do "problema" das falências bancárias.

A onda de falências iniciadas na década de 20 foi em parte uma reação à acelerada expansão bancária que datava aproximadamente de 1900. O maior número de falências ocorreu nas áreas preponderantemente agrícolas.

Durante a grande depressão o número de falências foi de tal ordem que fez temer o colapso de todo o sistema bancário. Houve muita "corrida" aos bancos e com a falência das atividades comerciais até mesmo mutuários mais dignos de confiança deixaram de pagar os empréstimos obtidos. Durante o período de 1930-33, 8.812 bancos suspenderam suas operações. Quase metade desse número deixou de funcionar em 1933. A partir de 1934, ocorreram falências, fusões, absorções e liquidações de casas bancárias. (16)

"Os bancos da Reserva Federal teriam evitado, de certa forma, o desastre se tivessem se lançado com vigor e coragem à tarefa de salvamento, mas os diretores do banco central nesses anos de emergência, exceto em exemplos isolados, preocuparam-se sobretudo com a solvência dos bancos da Reserva Federal. Eles realmen-

te não compreenderam que dispunham do poder de criar dinheiro e que os bancos da Reserva não podiam falir." (17).

A partir de fevereiro de 1932 A Reconstruction Finance Corporation (RFC) foi quem assumiu esse papel e salvou muitos bancos da falência. E só com a reforma bancária de 1935 criou-se a Federal Deposit Insurance como proteção mais completa aos depósitos. Todos os membros do SRF deviam participar obrigatoriamente desse órgão. Em 1961 já estavam assegurados cerca de 97% de todos os bancos comerciais que possuíam mais de 98% de todos os depósitos no país.

Nota-se, portanto, a partir desta reconstituição histórica, a natureza pública dos controles instituídos sobre o mercado financeiro, mas na prática as coisas caminharam de modo diferente. Desenvolveu-se um sistema dual de autoridade, que os autores da Lei de Reserva (e a população do país) não podiam imaginar. Houve, na verdade, uma luta sutil pelo controle do sistema. Muitos membros da comunidade bancária, em especial os da Nova Inglaterra, aprovaram uma instituição bancária central dotada de larga margem de controle público, mas a opinião representativa era em grande parte contrária, especificamente dos banqueiros, pois acreditavam que a Junta da Reserva Federal tinha demasiado poder e que o Sistema teria um predisposição inflacionária por longo período. A Lei de Reserva não havia deixado claro quem devia ser o chefe de operações de cada banco da Reserva Federal. Logo, travou-se uma

luta de influências, numa batalha pelo controle da Junta da Reserva Federal e a Assembléia dos Governadores que durou até 1922, quando tentou-se uma solução conciliatória. Porém, foi só em 1930 que a Junta da Reserva Federal, finalmente fez valer sua autoridade controladora central sobre as operações no mercado de títulos. Tal diretriz foi confirmada pela Lei Bancária de 1933. (18).

Em 1935, como parte de uma reforma geral, a experiência regional foi abandonada. A administração Roosevelt finalmente deu ao país um só banco central. As funções dos Bancos Federais de Reserva regionais tornaram-se mecânicas e apenas de assessoria. A Lei de 1935 havia resolvido a questão. A partir de então a Junta de Reserva Federal passou a ser a Junta de Governadores, órgão que seria "Conselho dos patrões". Além disso os dirigentes dos bancos da Reserva receberiam o nome de "presidente" e "Primeiro Vice-Presidente". Os conselhos individuais de diretores podiam ainda escolher seus principais dirigentes, mas os nomes selecionados deveriam ter a aprovação da Junta de Governadores. Desde 1935 a autoridade centralizada *foi um fato*.

III.2 A INTERMEDIACÃO FINANCEIRA

a) Os bancos e as atividades industriais (Século XIX-1930)

- Os bancos de investimento e os bancos comerciais -

No final do século XVIII, os bancos de investimento nos Estados Unidos foram evoluindo vagarosamente. Quando a demanda por financiamento dos investimentos cresceu, houve um gradual incremento das emissões de ações e, investidores nacionais e estrangeiros mostraram uma maior disposição para arriscar seus fundos. Os principais clientes dos bancos de investimento foram os governos, (para financiar guerras, realizar obras de infraestrutura, etc.) e, as companhias de estrada-de-ferro (principalmente depois de 1850).

Entre 1870 e 1900 apareceram na economia americana muitos bancos de investimento e outros intermediários financeiros. Durante aqueles anos, tanto o lado da oferta quanto o da procura no mercado de capitais experimentaram mudanças significativas. Os bancos de investimento operavam sem regulamentação e eram livres para executar seus negócios, portanto gozavam de liberdade para responder às mudanças das forças de mercado. As políticas e práticas que eles desenvolveram durante aqueles anos valheram-lhes posições de poder e influência na sociedade que poucos, senão ne-

nhum outro grupo, conheceu uma década antes.

A maior demanda por financiamento de investimentos veio das companhias de estrada-de-ferro. Após o boom, entre o pânico de 1873 e o começo da recuperação em 1878, 400 bancos entraram em colapso e mais do que 47.000 negócios faliram incluindo muitas Cias. de estrada-de-ferro como resultado do boom deste período. A construção das estradas-de-ferro cai de 5.217 milhas em 1873 para 1.606 milhas dois anos mais tarde. Por volta de 1879 cresceu para 5.006 milhas e a expansão continuou até a economia sofrer outro grande recuo em 1893. (18)

Enquanto isso, assistiu-se a um crescimento das necessidades financeiras de outros negócios que acabou por oferecer aos bancos de investimento novas oportunidades. Depois de 1870 inumeráveis empresas familiares organizaram-se como corporações e, a ambição de muitos líderes empresariais/industriais resultou na formação de trusts e outras combinações. A maior parte do capital requerido por essas grandes empresas não pôde ser suprida através do reinvestimento dos lucros. Os dirigentes dessas empresas, da mesma forma que os administradores das Cias. de estrada-de-ferro, recorreram aos bancos de investimento para obter os fundos dos quais necessitavam.

Simultaneamente do lado da oferta do mercado de capitais, observou-se (entre 1870 e 1900) uma maior participação dos investimentos estrangeiros que mais que duplicaram em relação ao período

anterior.

Dois outras mudanças ocorridas no mercado de capitais no fim do século XIX afetaram o comportamento dos bancos de investimento. Após 1873, as ações do governo e das estradas-de-ferro deixaram de dominar o mercado de ações. Por outro lado, houve uma contínua centralização das aplicações do mercado de capitais na cidade de Nova Iorque e, em menor extensão na cidade de Chicago., juntamente com o crescimento de outros centros urbanos.

O boom da construção das estradas-de-ferro verificado nas duas últimas décadas do século XIX, resultou na extensão e na institucionalização de várias práticas dos bancos de investimentos. As duplas funções de banqueiro e consultor financeiro-fiscal de algumas empresas, datam de 1840-50; as alianças bancos/estradas-de-ferro começaram em 1860 e o uso de "sindicatos" como meio de realizar subscrições e distribuições de ações das Cias. de estradas-de-ferro foi introduzida na década de setenta.

A representação dos bancos junto às diretorias e comitês financeiros da Cias. de estradas-de-ferro, depois de 1880, foi apenas uma institucionalização dos laços pessoais que comumente permeavam as relações dos bancos com as indústrias.

Entre 1890 e a Primeira Guerra Mundial os bancos de investimento responderam positivamente a uma variedade de desafios, inovando suas práticas e adaptando-se a este ambiente de mudanças. A maior mudança ocorrida neste período foi nos negócios de títulos

com o declínio da importância das ações das Cias. de estradas-de-ferro que serviram de base para a formação dos bancos privados e o surgimento de novas necessidades industriais que passaram a requerer uma diversificação maior dos serviços financeiros. O número de indústrias listadas na Bolsa de Nova Iorque passou de 20 em 1898 para 173 em 1915 (20). Não obstante, as pequenas firmas (indústria leve, armazéns varejistas e outras pequenas empresas) não encontraram um mercado de capitais que atendesse às suas necessidades financeiras; pois pelo fato de serem pequenas, não lhes era permitido subscrever ações ou era difícil o acesso aos empréstimos dos bancos comerciais. Isto acabou por suscitar o aparecimento de um grupo de bancos privados e corretoras para explorar essa "lacuna".

Durante os quatorze anos que precederam a Primeira Guerra os negócios dos bancos de investimentos foram conduzidos por cerca de 250 instituições. Em termos de capital, tamanho, organização e função, as diferenças entre eles foram tão grandes quanto aquelas existentes entre os negócios aos quais eles serviam. A maior parte das instituições engajadas na subscrição, compra e distribuição de novas ações foram bancos privados, corretoras ou intermediários respaldados pelos bancos comerciais. Neste contexto, o capital privado dominou os bancos de investimentos até o fim da Primeira Guerra.

No começo do século XX a linha separatória existente entre os bancos comerciais e os bancos de investimentos foram se tornando menos evidente.

Até 1900, os bancos comerciais geralmente conduziam seus negócios através de seus departamentos de ações estabelecidos para manipular os próprios investimentos dos bancos. Esses departamentos foram subsequentemente expandidos para subscrever e "sindicar" ações para distribuição aos clientes dos bancos, firmas corretoras e outros agentes financeiros ("retail dealers").

Mas no final do século XIX aqueles departamentos foram se estabelecendo como corporações oferecendo facilidades e serviços próprios dos bancos de investimento. Eles forneciam avaliistas, advogados e outros especialistas qualificados para pesquisar e planejar novas aplicações e aconselhar grandes e pequenos aplicadores.

Em 1902 o Controle da Moeda (Comptroller of Currency) começou a restringir algumas atividades de investimento dos bancos comerciais. Este comportamento forçou os bancos comerciais sob sua supervisão a "burlar" suas ordens ou a abandonar os negócios de bancos de investimento. A fim de "driblar" as regulamentações, alguns bancos nacionais organizaram seguradoras como filiais (security affiliates). A primeira delas, A First Trust and Savings Bank of Chicago, foi formada em 1903 pelo Primeiro Banco Nacional. Cinco anos mais tarde, o Primeiro Banco Nacional de Nova

porque organizou também suas filiais.

Surgiram então algumas controvérsias sobre a legalidade dessas associações. Mas o Secretário do Tesouro, Franklin McVeagh, e o Secretário do Estado da Filadélfia, C. Knox tinham outra visão sobre esse assunto e resolveram não desafiar os bancos comerciais.

As cartas-patentes dos bancos comerciais não foram afetadas pelas normas federais. Não surpreendentemente, eles continuaram a executar negócios de investimentos através de seus departamentos de ações.

Os Bancos de depósitos (Trust Company) foram também outro tipo de instituição engajada nos negócios de bancos de investimento. Regidos por leis estaduais liberais, os bancos de depósitos rapidamente estenderam suas atividades e, a partir de 1890 passaram a executar várias funções de bancos comerciais privados, tornando-se instituições importantes nos empréstimos de curto prazo. Por volta de 1914 elas ocuparam uma significativa posição nos negócios de títulos. Um bom número de bancos de depósitos associaram-se com alguns outros bancos de investimento, bancos comerciais e Cias. de seguros de vida, agindo como auxiliares daquelas instituições.

Contudo, o mais espetacular desenvolvimento financeiro ocorreu nos negócios com títulos industriais, resultado de mudanças substanciais no ambiente financeiro. Os bancos comerciais acumu-

larem mais fundos do que poderiam lucrativamente empregar em empréstimos comerciais, portanto, voltaram-se para o mercado acionário, fazendo empréstimos e comprando títulos.

b) O desenvolvimento da atividade bancária e a especialização de outros intermediários financeiros (Século XIX-1930)

Nos Estados Unidos os bancos comerciais originariamente estavam engajados em operação de crédito de pequena proporção, mas à medida que foram se expandindo, com tendência à concentração e centralização, foram se desenvolvendo serviços financeiros mais sofisticados - como por exemplo, demanda por seguros - ao lado dos serviços bancários tradicionais. Os bancos responderam a essa demanda com a diversificação, fundamentalmente no começo do século XX. Porém, esse movimento foi brechado pela Depressão de 1929 e com a elaboração do GLASS-STEAGALL ACT no qual tentou-se separar as funções dos bancos comerciais e dos bancos de investimento.

Uma característica importante das economias de mercado desenvolvidas é a importância das instituições financeiras privadas que supram a necessidades de financiamento de prazo mais longo. Os bancos comerciais nos Estados Unidos sempre estiveram ligados ao fornecimento de financiamento de curto prazo aos comerciantes

e, portanto, desde sua origem, se restringiram apenas ao este tipo de financiamento das transações comerciais, embora outros fatores possam explicar esse comportamento. Embora a expansão dos negócios desenvolvesse mais tarde uma demanda por outros serviços financeiros - particularmente acesso ao financiamento de longo prazo e seguros - os primeiros bancos eram pequenos e sua especialização relativamente limitada. Eles não estavam preparados para fornecer um bom conjunto de serviços financeiros dado o próprio estágio de desenvolvimento econômico no qual se encontrava o país. No seu desenvolvimento, os bancos comerciais não se inclinaram a prestar serviços a pequenos clientes por pensarem que isto não seria lucrativo. A partir dessa "lacuna", intermediários financeiros especializados procuraram atender a uma demanda por crédito específica de vários segmentos da população.

Muitos agentes econômicos, por exemplo, necessitam de um lugar seguro para depositar suas poupanças e conseguir empréstimos para financiar alguns gastos, especialmente, a construção de moradias.

Em 1819 nasceram as caixas econômicas (*mutual savings banks*) para atender as necessidades dos pequenos poupadores. Por volta das décadas de 1840 e 1850 muitas caixas econômicas foram diversificando suas aplicações para incluir os empréstimos comerciais, hipotecas residenciais etc. As Caixas econômicas foram particularmente populares nas grandes cidades industriais do norte, onde

a massa de salários era grande. Contudo, essas instituições financeiras fizeram poucos avanços no sul e no oeste, onde a atividade econômica era predominantemente agrícola.

Em 1831 formaram-se as *Associações de Construções (Buildings and Loan Associations)* para atender às necessidades dos indivíduos de financiamento de longo prazo para a construção civil. Essas associações tiveram uma vida curta, pois administravam fundos de curto prazo. Mais tarde surgiram os *Savings and Loans Associations (S&Ls)*, no modelo das *buildings*, que cresceram rapidamente. Por volta do século XX, cerca de 5.000 *S&Ls* estavam operando nos Estados Unidos.

As Uniões de Crédito (*Credit Unions*) apareceram por volta de 1900. Eram intermediários financeiros que concediam crédito de médio prazo aos consumidores. Essas "uniões de crédito" preencheram a lacuna que as caixas econômicas (*Savings Banks*) não cobriam no mercado financeiro. Contudo, o fluxo de empréstimos foi se reduzindo, principalmente por causa de leis estaduais de controle de crédito que desencorajavam a concessão de empréstimos dessa natureza aos consumidores.

Outras instituições financeiras especializadas se desenvolveram para atender a diferentes necessidades das empresas comerciais. Em particular, subscrições de seguros para diminuir os riscos de grandes perdas em caso da ocorrência de catástrofes.

Assim como os primeiros bancos, as primeiras seguradoras (formadas na metade do século XVIII) estavam ligadas às atividades dos comerciantes, os quais queriam proteção contra os riscos corridos por suas mercadorias no além-mar. Por volta do século XVIII outras surgiram para cobrir os riscos de incêndios.

Ao contrário de outros tipos de seguros, os seguros de vida nos Estados Unidos eram encarados como supérfluos e, portanto, tiveram um desenvolvimento muito lento, mudando só a partir de 1890.

Esses intermediários financeiros conviveram lado a lado dos bancos de investimento e dos bancos comerciais, preenchendo as "lacunas" deixadas por eles e especializando-se em vários ramos de negócios.

Contudo, a mistura de bancos comerciais com bancos de investimento atraiu muitas críticas depois do crash de 1837, quando um quarto de todas as instituições bancárias faliu. O United States Bank of Pennsylvania quebrou pelo seu forte envolvimento com subscrição de títulos (ações). A falência de bancos comprometeu vários estados, incluindo Nova Iorque e isto acabou levando mais tarde à restrição das atividades bancárias com negócios de títulos comerciais e de investimento.

As primeiras tentativas de separar os bancos comerciais dos bancos de investimento não conseguiram acabar com seus envolvimento com a subscrição de ações e títulos. De 1840 ao começo

da Guerra Civil esses bancos privados de investimento expandiram-se transformando-se em empresas financeiras maiores.

III.3. A REFORMA BANCÁRIA DE 1935

Enquanto os bancos de investimento diversificavam suas atividades, concentravam simultaneamente poder que, para o povo americano parecia excessivo, dada sua posição tradicionalmente contra todo tipo de privilégios, monopólios e concentração de riquezas. Junte-se a isso o fato de que as falências e absorções ocorridas no período 1933-34 haviam gerado pesadas perdas e sofrimentos para milhares de cidadãos. Os bancos de investimento e a reputação de seus líderes nunca mais seriam os mesmos. Os banqueiros eram segundo o povo, os culpados por todo aquele desastre e achavam que inocentes investidores haviam sido enganados por eles. Milhares de eleitores exigiam reformas e proteções legais contra tais acontecimentos.

A história da regulamentação bancária nos Estados Unidos mostra a luta política regional e o esforço por parte do governo Federal no sentido de controlar as atividades bancárias.

Os bancos comerciais descobriram que sua capacidade de intermediar e criar recursos era uma mistura "abençoada" (21). Sua capacidade de criar dinheiro permitiu-lhes dominar a intermediação financeira nos Estados Unidos até a metade do século XX. Mas esta sua habilidade motivou também os estados e o governo federal a sujeitá-los a uma restrita regulamentação.

A primeira e mais importante motivação para a regulamentação dos bancos comerciais é a manutenção da segurança e solidez do sistema bancário e monetário, pois os bancos expandindo as operações de crédito, elevam a liquidez do sistema e expõem a economia à instabilidade financeira. Este potencial de instabilidade foi vivido pelos Estados Unidos várias vezes com os chamados "pênicos financeiros" (entre 1800 e 1900).

O segundo motivo para a regulamentação dos bancos comerciais foi o desejo de garantir que o crédito fosse "imparcialmente e honestamente" alocado. As Autoridades Monetárias acreditam que sem nenhum tipo de regulamentação, os bancos poderiam utilizar os recursos captados para empréstimos favorecendo certos grupos (22)

O terceiro e último motivo para regulamentação dos bancos comerciais no Estados Unidos tem sido assegurar que as organizações bancárias não cresçam muito a ponto de reunir excessivo poder em suas mãos (político e econômico). Este medo da concentração, entre outros fatores, levou muitos estados a restringir a expansão inter-estadual dos bancos. Para conseguir tais objetivos implementou-se com Roosevelt um programa de reformas e regulamentações dos serviços financeiros comerciais e industriais.

A primeira medida aprovada e tomada pela legislação de emergência de 1933 foi a criação de um seguro federal para os depósitos bancários e, juntamente fez-se aprovar, a supervisão federal

sobre as cartas-patentes estaduais concedidas aos bancos.

Em segundo lugar, restringiu-se a concorrência financeira entre os bancos por acreditarem que uma concorrência excessiva leva a uma queda da lucratividade e a conseqüente busca de outros "campos" de lucratividade mais alta e menos arriscada.

Em terceiro lugar, foi revista a regulamentação federal sobre a expansão geográfica dos bancos.

E finalmente aprovou-se o Glass-Steagall Act, pelo qual ficou conhecida a lei que separou os bancos comerciais dos bancos de investimento. Dentre muitas restrições, uma das mais importantes foi a proibição de ligações entre os membros dos bancos e os diretores de empresas com subscrição de ações.

Por algum tempo após a Primeira Guerra Mundial os bancos continuaram a fazer negócios à maneira tradicional. A distribuição do portfólio de aplicações variava de um banco para outro, mas de um modo geral os empréstimos baseados em transações comerciais ultrapassavam de muito as aplicações financeiras, isto é, a posse dos ativos financeiros.

Durante a década de 20, a decisão de composição do portfólio dos bancos permaneceu inalterada. Com o início da depressão e a conseqüente queda da atividade comercial, os bancos reduziram bastante os empréstimos, aumentando um pouco a posse de títulos públicos. Em 1934 o total de aplicações financeiras excedia o dos empréstimos, "... mas só em 1943 é que a renda proveniente daque-

les excedeu a renda oriunda destes últimos." (23) Naquela época, o valor dos títulos possuídos era duas vezes maior do que o dos empréstimos a liquidar.

Em 1945 tinha-se a impressão de que os bancos haviam passado de detentores do débito particular para detentores da dívida pública. Muitos observadores comentavam que o sistema bancário deixara de desempenhar a função primária de assegurar um fluxo contínuo de bens e serviços para o mercado por meio do fornecimento do crédito a curto prazo ao comércio e à indústria. Os defensores desse ponto de vista argumentavam que os empréstimos bancários já não guardavam íntima relação com a produção industrial e que os bancos revelavam a tendência cada vez maior para manter fundos inativos sob forma de haveres monetários. Os banqueiros retrucavam que não era possível conceder empréstimos com segurança na década de 30 e que o governo, instaurando suas próprias facilidades e emprestando diretamente ao comércio durante a Segunda Guerra Mundial, havia continuado a deprimir a procura por empréstimos. Com efeito, os banqueiros argumentavam que, os bancos financiavam o governo, que por sua vez financiava a indústria privada.

Depois do pós-guerra houve um rápido crescimento dos empréstimos quando os bancos, para ampliar seus lucros, abandonaram os títulos públicos. No final de 1952 os empréstimos ultrapassavam a posse de títulos públicos, embora outros papéis tivessem peso no lado das aplicações no seu portfólio. Apesar de tudo isso, é evi-

tro da cidade ou condado em que está sediada a matriz, e ainda outros permitem a instalação de sucursais em todo o Estado. A Legislação federal concernente às filiais não é mais liberal que as leis estaduais. Em geral permite que os membros do Sistema Federal de Reserva estabeleçam filiais nas cidades ou nos estados onde têm sede os escritórios centrais, desde que as leis do Estado em que se localizam, autorizem expressamente os bancos estaduais a ter filiais (Tabela 1). Assim, a extensão do desenvolvimento da concentração bancária é determinada pelas leis estaduais". (25).

As filiais bancárias tiveram firme incremento no decurso do último meio século. (TABELA 1)

Há duas outras formas de atividade bancária "múltipla" além das filiais: os grupos e as cadeias. Estes dois tipos surgiram sobretudo como uma tentativa de evitar as leis referentes às filiais bancárias que, mesmo em sua forma mais liberal, mantêm as sucursais de um banco dentro das fronteiras de um Estado. Um grupo de bancos compõe-se de dois ou mais estabelecimentos sujeitos ao controle de uma *holding company* que poderá ou não ser um banco. Ao contrário de um sistema de filiais, um "grupo" de bancos pode operar em vários Estados, embora alguns grupos sejam interestaduais e apenas substituam as sucursais nos Estados que proíbem esse tipo de atividade bancária. Uma cadeia de bancos é análoga a um grupo mas se distingue pelo controle sobre diversos bancos independentes incorporados, exercido por um ou mais indi-

III.4 A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA

Mesmo com a grande redução do número de bancos comerciais, ocorrida entre os anos de 1920 e 1933, os Estados Unidos contavam com mais de 15.000 em 1934. Organizaram-se novos bancos, mas grande número deles fechou suas portas em consequência de fusões e absorções, suspensões e liquidações voluntárias. No fim de 1954, mais de 14.000 bancos comerciais estavam em funcionamento e uma década depois não havia quase variação nesse número. A tradição americana de um grande número de bancos independentes continua, mas uma simples contagem de estabelecimentos engajados nas atividades bancárias não nos revela toda a história. Desde o feriado bancário de 1933 registrou-se tendência acentuada para a concentração bancária.

A Reserva Federal define a concentração como "...a transação de uma porção decrescente dos negócios bancários da nação por bancos isolados e autonomamente administrados." Especificamente a concentração pode ser verificada pela expansão de sucursais, grupos e cadeias bancárias e pelo aumento do volume de negócios controlados pelos maiores bancos do país, ou de um estado ou região.

"Quando a matriz possui e opera dois ou mais escritórios dizemos que os escritórios são filiais. Alguns estados proíbem a concentração bancária. Outros permitem a fundação de filiais den-

dente que as funções econômicas dos bancos sofreram modificações. Na economia moderna eles se tornaram ao mesmo tempo distribuidores de recursos às firmas comerciais e emprestadores residuais ao governo federal. Continuam, ainda, a desempenhar as funções vitais de depositários da maior parte do meio circulante da economia enquanto facilitam o processo de realização de pagamentos por compensação de cheques. (24)

Tabela 1:

Filiais bancárias nos Estados Unidos em
Anos Selecionados

fim do ano	No. de bancos com fi- liais	No. total de filiais	localização das filiais	
			na cidade da sede	fora da cidade de sede
1900	87	119	25	94
1920	530	1281	772	508
1930	751	3522	2391	1131
1940	954	3525	1602	1923
1950	1464	5056	2211	2845
1952	1483	5520	2492	3028
1954	1720	6416	2660	3756
1957	2066	8373	3502	4871
1959	2251	9835	3982	5853
1960	2522	10702	4282	6420
1961	2696	11620	4644	6976

Fonte: ROBERTSON, 1967 - pg. 615

víduos ou através de diretorias conjuntas. As cadeias tendem a concentra-se em torno de um banco importante, muito maior do que os outros participantes da cadeia. Mas há exceções a esta regra.

Os grupos e as cadeias apesar de experimentarem uma pequena expansão entre 1933 e 1948, a partir desta data cresceram consideravelmente. Entre 1948 e 1961 os escritórios de 15 grupos principais, que compreendem 85% dos escritórios bancários e depósitos de companhias administradoras de bancos, aumentaram em mais de 80%. No fim de 1960, 47 companhias administradoras controlavam 9% dos escritórios de bancos comerciais e 19.300 milhões de dólares de depósitos - quase 11% de todos os depósitos dos bancos comerciais do país (26). As cadeias bancárias, concentradas em alguns estados onde as filiais bancárias são proibidas, realmente declinaram de importância entre 1933 e 1945. Mas no fim de 1961 a Association of Registered Bank Holding Companies calculou que as cadeias abrangiam 700 bancos com depósitos que passavam de 9.200 milhões de dólares.

Por outro lado, as mudanças na proporção dos depósitos totais mantidos pelos cem maiores bancos do país não refletem tendência especial para concentração no período 1935-60. "Essa proporção aumentou de menos de um terço em 1923 para mais de 55% em 1935, e, depois de uma curta inversão, para quase 58% em 1940. Durante a segunda Guerra Mundial a proporção caiu vertiginosamente e depois estabilizou-se em pouco mais de 46% na década de 1950,

elevando-se a 50% no começo da década de 1980." (27) (TABELA 2)

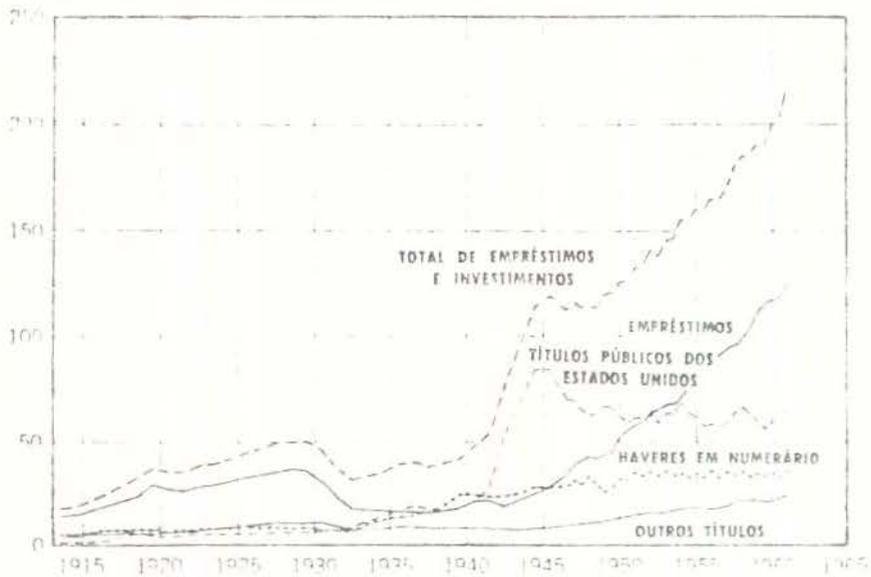
Quanto ao número de bancos desde 1920 tem-se observado sua redução à metade, enquanto que o total de depósitos bancários mais do que setuplicou. Em média os bancos na década de 1950/60 são cerca de 15 vezes maiores do que há quarenta anos antes.

(TABELA 3)

TABELA 2

PRINCIPAIS HAVES ^{FINANCEIRAS} ~~BANCAIRAS~~

Bilhões de Dólares

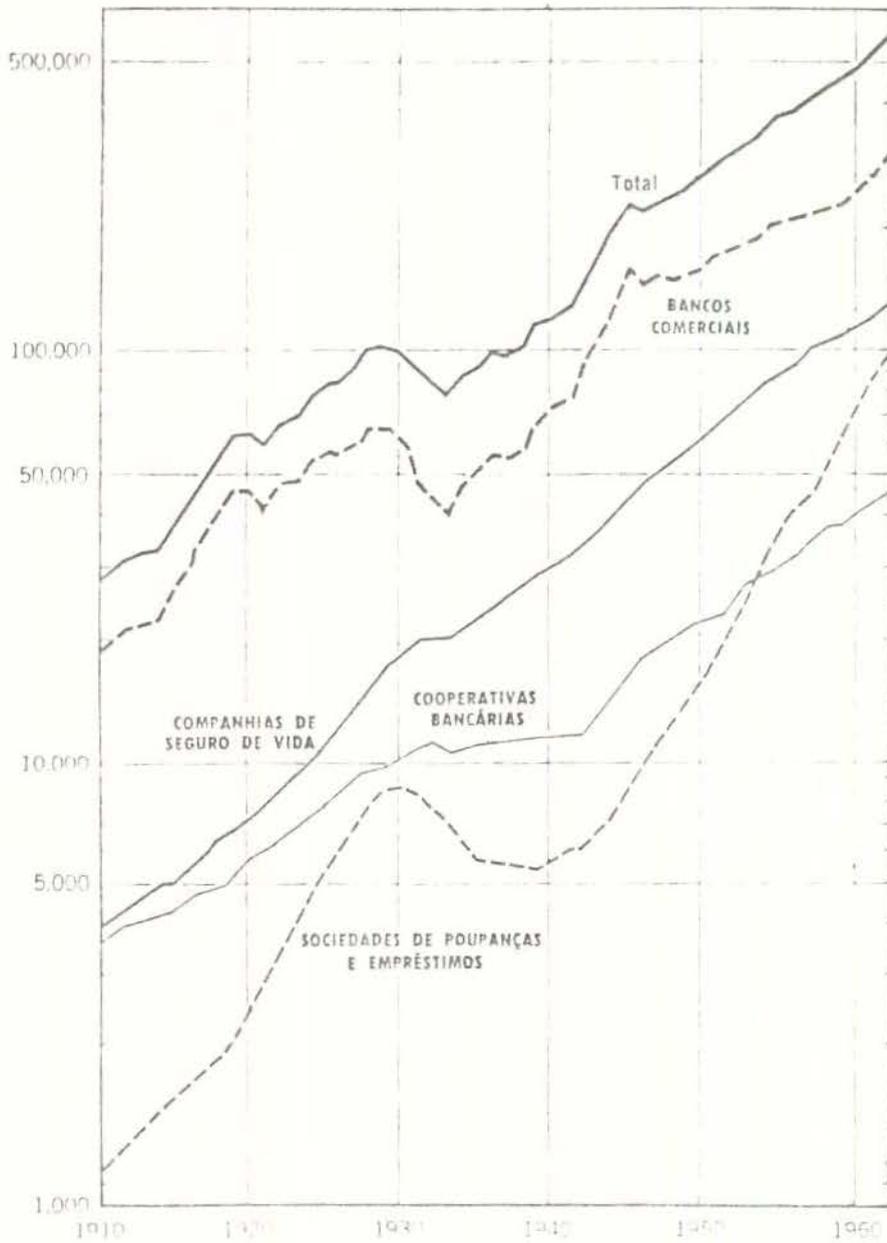


Junta de Governadores do Sistema Federal de Reserva

TABELA 3

EXPANSÃO DOS INTERMEDIÁRIOS FINANCEIRO

Milhões de Dólares



NOTAS

- (1) Galbraith, pág.60
- (2) idem, pág.64
- (3) idem, pág.65
- (4) idem, pág.74
- (5) idem, pág.76
- (6) idem, pág.81
- (7) idem, pág.92
- (8) Litan, pág.19
- (9) idem, pg.20
- (10) idem, pág.21
- (11) Robertson, pág.612
- (12) idem, pág.133
- (13) Galbraith, pág.126
- (14) idem, pág.133
- (15) idem, pág.134
- (16) Robertson, pág.614
- (17) idem, pág.612
- (18) idem, pág.592
- (19) Carosso, pág.29
- (20) idem, pág.79
- (21) Litan, pág.11

(22) *idem*, pág.12

(23) Robertson, pág.617

(24) Em 1914, o dinheiro em circulação consistia principalmente em ouro e certificados de ouro, certificados de prata e moedas de prata, notas dos Estados Unidos e notas dos bancos nacionais. As moedas de ouro entre 1914 e 1933 foram desaparecendo, as notas dos bancos nacionais continuaram em circulação mesmo depois da criação do banco central. Só depois que o privilégio de emissão foi suspenso em 1935 foi que elas começaram a desaparecer. Enquanto isso, as notas da Reserva Federal se tornaram o principal elemento da moeda corrente.

O aumento notável do suprimento de numerário havido durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos que se seguiram ao conflito ocorreu principalmente nas notas da Reserva Federal. A partir de meados de 1954 o numerário em circulação elevou-se de 30 bilhões de dólares.

(25) *idem*, pág.614

(26) *idem*, pág.616

(27) *idem*, pág. 617

CONCLUSÃO

Como podemos observar o processo de concentração bancária alemão e, a conseqüente concentração econômica, já se mostrava claro nas décadas de 1840-50, quando começa a ocorrer um estreitamento das relações banco/indústria. Porém, este fato realmente tomou corpo na virada do século passado e começo do atual quando o estreitamento desses laços se tornou mais frequente e generalizado.

No entanto, este processo não se deu longe dos olhos do Estado, menos ainda sob sua indiferença. O Estado exerceu um papel ativo no reconhecimento e legalização do processo de concentração econômica, promovido pelos bancos, no desejo de "queimar etapas" no desenvolvimento do capitalismo na Alemanha, visto que esse país entra tardiamente no cenário econômico mundial num momento em que o capitalismo se encontra em sua fase monopolista. Os altos volumes de recursos requeridos para os investimentos em grandes plantas industriais, não podiam ser conseguido por pequenas unidades financeiras, incapazes de reunir tais recursos e arcar com os riscos a eles inerentes.

O mesmo processo também se deu nos Estados Unidos. A influência dos bancos na atividade industrial foi uma realidade desde os anos 40-50 do século passado, quando do envolvimento dos

bancos de investimento com as atividades das Cias. de estradas-de-ferro. O entrelaçamento entre os bancos e a indústria através-do financiamento dos investimentos levou a um estreitamento dos laços entre esses dois setores inclusive pela representação de interesses dos bancos nas diretorias das empresas e vice-versa.

Depois do boom da construção das estradas-de ferro, verificado nas duas últimas décadas do século XIX, ocorreu a institucionalização desta relação que passou a ser reconhecida por lei. No entanto, ao contrário do que ocorreu na Alemanha, o papel do Estado americano na promoção da concentração bancária praticamente inexistiu e, a partir de um certo momento, até foi ativo, mas na direção oposta, isto é, quando agiu foi no intuito de desconcentrar atividade bancária. Na verdade isto pode ser explicado menos pela incapacidade do Estado americano quanto a esse aspecto do que pelas características socio-culturais do povo daquele país.

A tradição americana do ideal de igualdade de oportunidades para todos, da não permissão da concentração de riqueza e de luta contra a existência de qualquer tipo de privilégios, teve um peso importantíssimo na legislação bancária americana, que a partir da reforma bancária de 1935 condena e não reconhece a concentração dos bancos, limitando profundamente suas áreas de influência através do controle estadual sobre suas atividades, além de delimitar tarefas por instituição.

Dado o embate legal à concentração bancária nos Estados Unidos, podemos dizer que tal processo se deu embora à margem da lei. Os bancos acabaram por descobrir meios de "burlar" a legislação e, através de outras formas de organização e inserção financeiras conseguiram concentrar-se e preservar suas relações com as atividades econômicas-industriais.

A pergunta da qual partimos para a realização desta pesquisa foi a seguinte: "Quais as peculiaridades institucionais dos sistemas financeiros alemão e norteamericano que acabaram por resultar na atual estrutura bancária nesses países?" A hipótese por nós formulada foi de que "a conformação dos sistemas bancários alemão e americano, bem como suas diferenças quanto a estrutura, se deveu às diferentes intensidades e formas de atuação dos bancos no sistema financeiro desses países no que diz respeito a suas relações com o financiamento da indústria.

As estruturas mais concentradas do sistema bancário alemão se deve ao tipo de relação que foi desenvolvida entre esse sistema e a indústria (tipo de mobilização de capital a longo prazo via mercado de ações).

A estrutura menos concentrada do sistema bancário americano se deve ao predomínio dos bancos comerciais em cima de crédito de curto prazo".

Ou seja, as primeiras leituras nos levaram a crer que sistema bancário americano era desconcentrado, contrastando com o

sistema bancário alemão, que se nos apresentou, claramente, desde o começo, como um sistema concentrado. Contudo, o resultado deste trabalho com o aprofundamento do estudo desses pontos nos revelou que a "ausência" de concentração bancária nos Estados Unidos é um mito. Na verdade o ideal de atomismo, tão apregoado serve apenas para esconder as verdadeiras relações existentes entre este setor e a indústria bem como sua tendência à concentração, havendo uma clara distância entre teoria e prática.

Isto pode ser verificado por exemplo, pelo desmembramento dos grandes bancos alemães imposto pelos Estados Unidos no pós Segunda Guerra. A descentralização do sistema bancário alemão, deveria seguir o modelo do sistema bancário americano para evitar sua concentração, porém, o "modelo" americano, não correspondia a realidade que ele queria representar, visto que já nessa época os bancos americanos haviam metamorfoseado sua concentração através dos "grupos" e "cadeias".

Daí, podemos concluir que a concentração é um fenômeno inerente ao capitalismo e que os intermediários financeiros têm um papel importante como promotores da concentração independente da ajuda do Estado, das características culturais de um povo. A concentração é uma imposição do avanço do capitalismo em determinado momento.

BIBLIOGRAFIA

BIRNIE, Arthur. História econômica da Europa. 1964

CAROSSO, Vincent. Investment banking in America

DENTON, Geoffrey. Planeación y Política Económica en la Gran Bretaña, Francia y Alemania. 1970

FRANCKE, Hans-Hermann. Banking and Finance in West Germany. 1984

ERIEDMANN & SCHWARTZ Monetary History of United states, 1987

GALBRAITH, K. Moeda: de onde veio, para onde foi?

GUILLEN, P. O Império Alemão (1871-1918), 1973

HILFERDING. O capital financeiro. 1985

HOBSON, A evolução do capitalismo moderno, 1985 Col. Os Economistas

KINDLEBERGER, C. P. A Financial History of Western Europe. 1984

LITAN, Robert. What should banks do?

PORTOCARRERO, H. O. As causas econômicas da concentração bancária. 1981

ROBERTSON, Ross M. História da economia americana. 1967

ROSSETTI. Moedas e bancos. Uma Introdução. 1983

SCHOLPER, Gustav (org.). The German Economy - 1970 to the present. 1967

SOMMARIVA, A. & TULLIO, Giuseppe. German Macroeconomic History (1880-1979). 1987